

CONSTRUINDO UM ESPAÇO: A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NO MOVIMENTO SINDICAL (1978-1988)

Angela M. Carneiro Araújo
Universidade Estadual de Campinas

Verônica Clemente Ferreira
Universidade Estadual de Campinas

RESUMO

Neste artigo, analisamos as conexões estabelecidas a partir do final da década de setenta entre as lutas feministas e as práticas do "novo sindicalismo". A reelaboração do ideário feminista pelas militantes sindicais impulsionou o crescimento do debate sobre a condição feminina no interior do movimento sindical ao longo dos anos oitenta, o que resultou, por sua vez, no crescimento (ainda que em menor grau) das políticas desenvolvidas pelos sindicatos visando encaminhar demandas das mulheres trabalhadoras, incorporá-las à luta sindical e ampliar sua participação nas instâncias decisórias. Em nossa pesquisa, examinamos documentos produzidos por três sindicatos filiados à Central Única dos Trabalhadores e pudemos, através de entrevistas, analisar as histórias de vida de duas sindicalistas. O estudo da documentação oral e escrita nos permite argumentar que este processo contribuiu para a ampliação das concepções de classe e de democracia, não apenas no interior destes sindicatos, mas também dentro da própria CUT.

PALAVRAS-CHAVE: *feminismo; movimento sindical; relações de gênero; democracia.*

I. INTRODUÇÃO

Este artigo busca analisar o processo de aproximação entre as mulheres trabalhadoras e os sindicatos nos anos oitenta, procurando verificar a influência do movimento feminista na entrada das mulheres como militantes ativas nos sindicatos, bem como o modo como elas atuaram para enfrentar os obstáculos e preconceitos que dificultavam a ampliação da participação feminina nestas organizações.

A literatura relativa à problemática da relação das mulheres com os sindicatos mostra que a entrada de grande número de mulheres no mercado de trabalho, verificada na Europa e nos EUA desde os anos sessenta, foi acompanhada por um crescimento substantivo da filiação das trabalhadoras aos sindicatos.

No Brasil a presença feminina no trabalho assalariado praticamente dobrou entre 1970 e 1990. Em 1970 as mulheres representavam 18,5% da população ocupada enquanto em 1989 elas formavam um contingente de vinte e dois milhões de trabalhadoras, alcançando a cifra de 35,5% do total de trabalhadores (DELGADO & SOARES, 1995).

Este crescimento foi acompanhado nos anos

setenta de um aumento mais que proporcional das taxas de sindicalização feminina. Entre 1970 e 1977 o crescimento da sindicalização acompanhou o da força de trabalho e superou significativamente este último entre 1977 e 1978, quando deu um salto de 21,7%, enquanto o crescimento da PEA (População Economicamente Ativa) urbana foi de 8%. Este movimento foi mais acentuado entre as mulheres do que entre os homens. Entre 1970 e 1978 o número de mulheres sindicalizadas cresceu 176% enquanto sua participação no mercado de trabalho aumentou 123%. Entre os homens o crescimento da sindicalização foi de 87% enquanto o da PEA masculina foi de 67%. (GITAHY *et alli*, 1982; HUMPHREY, 1983 e SOUZA-LOBO, 1991).

Esta mudança significativa na relação das trabalhadoras com os sindicatos foi associada com a possível atração das mulheres pelos serviços assistenciais ali prestados, mas principalmente com a reativação e combatividade do movimento sindical no final dos anos setenta e com o impacto sobre as trabalhadoras do amplo movimento de mulheres, surgido em meados desta década, englobando um grande leque de grupos, demandas e movimentos das classes populares urbanas bem como os grupos que assumiram posições femi-

nistas (SOUZA-LOBO, 1991).

Esta alteração expressiva na participação das mulheres no trabalho organizado não modificou a posição desvantajosa que a grande maioria delas tem no mercado de trabalho. Nos locais de trabalho, a reprodução da discriminação sexista — que ainda hoje se manifesta na alocação das mulheres em funções semi ou não qualificadas e mal remuneradas, na desigualdade salarial¹, na dificuldade de acesso às promoções e a cargos de chefia, na brutalidade das chefias, na exigência de atestado comprovando a não gravidez para a admissão e no assédio sexual — justificava por si só que as trabalhadoras buscassem os sindicatos como um veículo de representação dos seus interesses na luta contra as desigualdades de gênero e de classe.

No entanto, como verificado também em outros países (SINCLAIR, 1996 e MILKMAN, 1992), o crescimento da sindicalização não se manteve na década seguinte na mesma proporção da participação das mulheres na força de trabalho, nem significou um aumento qualitativo da participação feminina nas atividades sindicais. Do mesmo modo, elas continuaram sub-representadas (quando não totalmente excluídas) das posições de liderança e de poder tanto nos sindicatos locais quanto nas organizações federativas de âmbito regional ou nacional.

Como mostraram Delgado e Soares (1995: 87), “em 1988 as mulheres representavam 25,6% do total da população sindicalizada, menos que sua porcentagem na população economicamente ativa (IBGE-PNAD, 1988). Do total de dirigentes sindicais existentes em 1989, apenas 14,4% eram do sexo feminino (IBGE-PNAD, 1989)”.

Pesquisas recentes mostram que a percepção desfavorável dos sindicatos e a baixa disposição demonstrada pelas mulheres de participar nas atividades sindicais podem ser explicadas pela sua condição de *outsiders* do movimento sindical, dada, por sua vez, pela desigualdade de sua representação no interior destes sindicatos e, em

decorrência, pela sua dificuldade em influenciar nos processos de tomada de decisão e de negociação com o patronato

Turnbull (1988) e Sinclair (1996) argumentam que o entendimento desta posição desvantajosa das mulheres nas entidades sindicais deve levar em consideração as relações sociais nos locais de trabalho e a política interna dos sindicatos referente à organização das trabalhadoras. A cultura sindical, “que já foi descrita como sendo caracterizada pela ‘mística de um tipo de fraternidade masculina’, ajuda a explicar a posição das mulheres como *outsiders*. A tradicional dominação masculina dos sindicatos e as formas resultantes de organização sindical que tem sido desenvolvidas pelos homens podem, talvez, ter levado à percepção das mulheres trabalhadoras de que os sindicatos não correspondem aos seus interesses” (SINCLAIR, 1996: 250). Além disso, o papel das mulheres na família e o compromisso com as tarefas domésticas já foram comprovados como sendo importantes empecilhos ao seu maior envolvimento na vida sindical (LEDWITH *et alii*, 1990).

A possibilidade de uma militância mais ativa das mulheres nos sindicatos brasileiros tem esbarado em vários obstáculos. Alguns considerados como de natureza prática, dizendo respeito à forma de organização e funcionamento dos sindicatos, outros identificados como tendo origem nos padrões culturais e na própria posição das mulheres nas relações de trabalho.

De um lado, sempre existiu uma grande dificuldade de organizar o conjunto das trabalhadoras nos locais de trabalho, pois sua concentração em funções de baixa qualificação, nas quais a rotatividade é mais elevada, torna-as mais sujeitas à demissão e ao controle das chefias. De outro, o machismo e o não reconhecimento da especificidade da condição feminina por parte das lideranças sindicais masculinas os conduziram à percepção da luta das mulheres como complementar à luta dos homens, ao enquadramento das reivindicações femininas em representações masculinas sobre a mulher, que a definiam primordialmente como mãe, ou simplesmente à negação da importância das demandas específicas sob a alegação de que a discussão dessas questões “quebraria a unidade da classe”. Além disso, a própria organização do sindicato, estruturada em função do cotidiano dos homens, é excludente em relação às trabalhadoras por não levarem em conta suas responsabilidades domésticas. Finalmente, um im-

¹ Em 1990, por exemplo, 41,6% das mulheres ocupadas recebiam até um salário mínimo enquanto apenas 27,4% dos homens se encontravam nesta posição. Além disto, cerca de 45% das mulheres, contra 39% dos homens, trabalhavam sem registro em carteira e, portanto, estavam totalmente excluídas de quaisquer direitos trabalhistas e da proteção da previdência social (DELGADO & SOARES, 1995: 80-81).

portante impedimento tem sido as convenções sociais que ditam os espaços que as mulheres devem ou não frequentar. A idéia de que “sindicato não é lugar de mulher” contribui para fomentar a desconfiança das operárias em relação ao sindicato e, conseqüentemente, o seu confinamento no espaço doméstico (SOUZA-LOBO, 1991).

O movimento sindical é um ator coletivo em permanente reelaboração de sua própria identidade. A renovação das práticas sindicais que se deu, a partir do final dos anos setenta, através da busca pelas direções sindicais de uma relação mais estreita com suas bases e da reorganização dos trabalhadores a partir das fábricas, teve um papel fundamental na emergência do discurso feminino e no aumento do ingresso das mulheres na militância sindical. Igualmente importante foi a emergência, no mesmo período, de um movimento popular de mulheres e de correntes feministas que trouxeram para o domínio público o debate em torno das questões de gênero.

Várias autoras já observaram a influência do movimento de mulheres e do discurso feminista na mudança das relações dos sindicatos com as mulheres trabalhadoras², contribuindo para a reformulação da identidade do movimento sindical e para a inclusão das questões de gênero no leque de demandas sociais apresentadas por este movimento à sociedade.

Com o objetivo de verificar a influência do movimento e das idéias feministas na mudança da relação entre as mulheres trabalhadoras e os sindicatos, examinaremos nas próximas seções: a emergência simultânea e as conexões e interações que se estabeleceram entre o Novo Sindicalismo e o movimento feminista; a emergência do discurso de gênero; o desenvolvimento da militância das mulheres em três sindicatos específicos: Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, Químicos e Bancários de São Paulo e a trajetória específica de militância de duas líderes sindicais feministas.

II. O NOVO SINDICALISMO E A EMERGÊNCIA DO DISCURSO DE GÊNERO

O movimento sindical que ressurgiu no final dos anos setenta questionou os limites impostos

pelo regime militar às reivindicações dos trabalhadores e à atuação sindical, contribuindo de forma decisiva para acelerar a crise deste regime e para ampliar a luta pela democratização do país.

O Novo Sindicalismo privilegiou o espaço da fábrica como espaço de luta e buscou estabelecer uma relação mais orgânica e democrática dos dirigentes sindicais com os trabalhadores, procurando acatar e defender suas reivindicações cotidianas. Valorizou a organização no local de trabalho e a mobilização massiva dos trabalhadores. Defendeu a negociação direta com o patronato, independentemente da mediação da Justiça do Trabalho e a utilização da greve como instrumento de pressão, adotando uma postura de enfrentamento com o patronato e com o Estado³.

A combatividade e a politização das experiências cotidianas de luta no interior das fábricas marcaram as práticas e representações do Novo Sindicalismo em oposição a uma tradição de sindicalismo corporativo, “cupulista” e tutelado pelo Estado. Estas novas formas de prática política, novos valores e novas representações produzidas pelo movimento sindical, configuraram uma transformação cultural e identitária e, portanto, política da classe trabalhadora.

Durante os anos oitenta, o Novo Sindicalismo entrou num processo de consolidação, difundindo suas práticas para diversas categorias do operariado urbano, para os setores assalariados da classe média e empregados do serviço público. As greves foram amplamente adotadas por essas categorias como instrumento de pressão, assim como foi privilegiada a negociação direta com os empregadores. A organização no interior das empresas foi fortalecida com o surgimento de várias comissões de fábrica. Um grande salto organizativo foi efetuado em 1983, com a criação da Central Única dos Trabalhadores (CUT), que permitiu a este setor do sindicalismo unificar bandeiras de luta comuns e apresentar um projeto político mais amplo para a sociedade brasileira, não se limitando mais apenas às lutas nas fábricas (RODRIGUES, 1990).

As operárias tiveram participação destacada nas lutas sindicais dos anos 70 e 80, tanto nas di-

² Ver, por exemplo, GITAHY *et alli* (1982), SOUZA-LOBO (1991), DELGADO & SOARES (1995) e ALVARES & DAGNINO (1995).

³ Esta visão do Novo Sindicalismo é compartilhada pelos seguintes autores: HUMPHREY (1982), KECK (1983), ABRAMO (1986), ANTUNES (1988 e 1991) e SADER (1988).

ferentes formas de resistência internas às fábricas quanto nas mobilizações e movimentos grevistas. O número de grevistas mulheres foi em geral expressivo e nas fábricas e categorias nas quais a presença de mulheres era grande ou majoritária elas foram, muitas vezes, responsáveis pelo desencadeamento das greves (SOUZA-LOBO, 1991).

No entanto, com relação à participação das mulheres na vida sindical (reuniões, assembleias etc.) e ao encaminhamento de suas demandas específicas, pode-se dizer que tanto o velho quanto o Novo Sindicalismo compartilhavam de uma tradição cultural machista, que se manifestava nas práticas e representações paternalistas ou segregacionistas em relação à mulher trabalhadora, por parte do conjunto dos diretores e militantes sindicais.

Como observa Milkman (1992), a constituição ou não de uma tradição de exclusão das mulheres nos organismos sindicais está relacionada tanto com a composição sexual da categoria abarcada pelo sindicato e com a posição das mulheres dentro da organização do processo de produção, quanto com o tipo de relação que os homens estabelecem com as mulheres nos períodos iniciais da formação do sindicato — marginalizando-as ou aceitando-as — e com o estado das relações de gênero na sociedade no período histórico em que o sindicato é criado. Assim, a tendência geral dos sindicatos, bem como de qualquer tipo de organização, é para uma maior aceitação das demandas e da participação feminina no momento em que o sindicato está se constituindo como ator coletivo. Num estágio posterior de “maturidade”, com uma tradição de ação política e uma burocracia formadas e, principalmente, com a identidade de gênero da categoria profissional consolidada, torna-se muito mais difícil o desenvolvimento de uma militância feminina voltada para a discussão da problemática específica de gênero.

Diversos fatores possibilitaram a constituição de uma identidade “masculinizada” pela classe trabalhadora brasileira. Em primeiro lugar, o ingresso relativamente recente de um grande contingente feminino no mercado de trabalho. Até pouco tempo atrás a maioria das categorias profissionais, com exceção dos “guetos” de mão-de-obra feminina (têxtil, vestuário, indústria alimentícia etc.) era majoritariamente masculina. Em segundo, a existência de normas comportamentais e convenções sociais que restringiam a partici-

pação social da mulher à esfera doméstica e dificultavam sua expressão nos espaços públicos. Em terceiro, a ausência, antes dos anos setenta (no período em que se formou a maioria dos sindicatos brasileiros), de um movimento feminista capaz de unir mulheres de diferentes classes sociais em torno de um projeto comum de transformação das relações de gênero. Esta ausência, como observa Paoli (1985), fez com que a defesa dos interesses das mulheres operárias tenha sido deixada a cargo dos homens do movimento operário que, por sua vez, compartilhavam, com a moral burguesa, as representações tradicionais sobre o papel da mulher.

O movimento de renovação sindical iniciado nos anos setenta originou-se a partir de categorias majoritariamente masculinas e, portanto, portadoras de valores, representações e experiências genericadas, oriundas da própria formação de cada categoria durante o período populista e durante a ditadura militar. O nascimento do Novo Sindicalismo foi uma experiência masculina de reelaboração das identidades de classe. O próprio discurso dos seguimentos que o integravam estava carregado de símbolos e códigos alusivos à masculinidade: o personagem fictício *João Ferrador* (símbolo da categoria metalúrgica, criado pelo Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo); a construção de uma auto-imagem de trabalhadores que *combatem* e *enfrentam* os patrões e o Estado, oposta à imagem de passividade e obediência, construída pelo patronato e pelos governantes do período populista; a idéia de *dignidade do trabalhador honesto*, que trazia embutida em suas entrelinhas a idéia do pai de família, provedor do sustento da casa, cuja mulher e cujos filhos dependiam de seu salário.

Para as categorias que partilhavam este discurso, tanto o sindicato quanto a fábrica tinham sido palcos de produção de experiências masculinas de definição e redefinição da identidade de classe. A partir daí se desenvolveram relações de poder genericadas expressas através de representações mistificadas como, por exemplo, a visão da trabalhadora como mãe ou como pessoa indefesa que tem que ser protegida. Essa identidade masculinizada e essas mistificações passaram a ser questionadas à medida que as mulheres ingressaram no contingente de novos sujeitos políticos no espaço público, através do movimento de mulheres e do movimento feminista.

Segundo Paoli (1985), a grande vitória do

movimento feminista que ressurgiu no Brasil na década de setenta, foi o fato de colocar em xeque as relações sexistas de dominação em diversos aspectos da vida social e unir um conjunto heterogêneo de mulheres na defesa de seus interesses, tornando-as sujeitos políticos. A inovação produzida pelo feminismo brasileiro foi justamente a constituição de um espaço público para exprimir as experiências e práticas cotidianas das mulheres, “desprivatizando-as”. A construção do novo sujeito e deste espaço foi um processo lento, iniciado com as lutas pela resolução de problemas sociais que afetavam as mulheres, como a falta de serviços públicos (saúde, educação, saneamento, creches), de onde se passou para a reflexão sobre a centralidade do trabalho doméstico na vida da mulher e as implicações deste fato em todas as esferas da vida social. Posteriormente, chegou-se ao questionamento realizado nos dias atuais, dos padrões culturalmente construídos de feminilidade e masculinidade.

Os novos movimentos populares liderados por mulheres, que emergiram neste período, também contribuíram para a transformação das relações de gênero, uma vez que as participantes desses movimentos, a partir do momento em que começavam a ter uma vida ativa fora de casa, passavam a questionar os papéis subalternos a que estavam destinadas e as relações não igualitárias que mantinham com seus maridos, famílias e comunidades (DELGADO & SOARES, 1995: 86 e SADER, 1988).

O movimento feminista articulou-se, nos anos setenta, no interior dos grupos de esquerda, integrando uma frente ampla de resistência ao regime militar que lutava pelo restabelecimento das liberdades democráticas e por justiça social. Embora criticasse o machismo e os papéis tradicionais atribuídos à mulher, a ênfase do discurso feminista recaía, então, sobre a necessidade de uma transformação global da sociedade, em direção à democracia e à reversão das desigualdades econômicas. Neste sentido, seguindo a tendência que predominava no conjunto das organizações de esquerda, os grupos feministas de classe média buscaram propagar suas idéias para as mulheres da classe trabalhadora (MORAES, 1990 e RAGO, 1996).

No fim dos anos setenta e começo dos oitenta, nasceram outros grupos feministas, também formados por militantes da esquerda, que ganharam força nos anos oitenta, criticando a matriz mar-

xista e priorizando a discussão de temas como o direito de ter ou não filhos, a violência, a sexualidade, aborto, as relações entre mulheres e homens, as “políticas do corpo” etc. (RAGO, 1996). Influíram também na mudança do discurso e das práticas do movimento feminista a alteração da conjuntura política, com a concessão da anistia aos exilados políticos e o fim da proibição à formação de partidos políticos.

Esta “segunda onda” feminista caracterizou-se por duas formas de ação não mutuamente excludentes: a formação de grupos de auto-consciência e a atuação de militantes e grupos no assessoramento de movimentos populares ou na prestação de serviços à população nas áreas de saúde reprodutiva, combate à violência etc. A constituição destes últimos grupos (alguns dos quais se profissionalizaram, tornando-se ONGs) deu-se em permanente diálogo com os movimentos populares e com o movimento sindical, consolidando os laços existentes entre estes diferentes movimentos desde a década de setenta.

Como observam Alvarez e Dagnino (1995), a pluralidade de movimentos sociais interagindo mutuamente de modo a formar “teias” multifacetadas no interior da sociedade civil gerou um conjunto de discursos e práticas que passaram a configurar um campo comum de referências para a ação coletiva e para a contestação política. Mais do que isso, a construção deste campo “ético-político” durante a década de oitenta implicou numa redefinição do espaço da política e das questões consideradas políticas. Desta maneira, a questão de gênero foi um dos assuntos que adquiriu paulatinamente relevância na esfera pública, passando, inclusive, a figurar nas plataformas políticas do Estado, dos partidos e dos sindicatos, de modo a difundir o debate feminista por uma multiplicidade de espaços públicos.

III. A ENTRADA DAS MULHERES NA MILITÂNCIA SINDICAL: OS ANOS SETENTA

Sob a influência do debate feminista da década de setenta, que denunciava a discriminação e a violência contra as mulheres no mercado de trabalho, a inferioridade salarial e a dupla jornada de trabalho, os sindicatos buscaram incentivar a participação das mulheres através da realização dos primeiros Congressos de trabalhadoras que ocorreram no final dos anos setenta.

A primeira iniciativa nesse sentido foi a rea-

lização, pela diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, do I Congresso da Mulher Metalúrgica, nos dias 21 e 28 de janeiro de 1978. Outras iniciativas se seguiram. Como exemplos, destacam-se o 1º e o 2º Congressos da Mulher Química (em abril de 1978 e setembro de 1979, respectivamente) e o 1º Congresso da Mulher Metalúrgica de São Paulo (de 31 de agosto a 02 de setembro de 1979).

O sindicato dos Bancários de São Paulo, por sua vez, tentou sem sucesso, no final da década de setenta, reorganizar seu Departamento Feminino, nos mesmos moldes daquele existente nos anos cinquenta e sessenta, no qual as mulheres participavam como organizadoras de eventos culturais e recreativos⁴.

Estas iniciativas inseriam-se num conjunto de práticas desenvolvidas pelos sindicatos (inclusive naqueles cujos dirigentes não estavam engajados nas propostas do Novo Sindicalismo, mas procuravam “modernizar” sua forma de atuação, reagindo às pressões das oposições sindicais) com a finalidade de desenvolver uma relação mais próxima com suas bases. As mulheres representavam, naquela época, o setor com menor participação nas atividades sindicais, embora algumas vezes tivessem participado de forma ativa e marcante de diversos movimentos grevistas. Neste sentido, foram chamadas a participar do sindicato enquanto parte do conjunto de trabalhadores, ou ainda “para reforçar a luta dos homens” (*Tribuna Metalúrgica*, abril de 1977, p. 08 *apud* SOUZA-LOBO, 1991).

As reivindicações específicas (tais como falta de creches, fim da discriminação, controle do uso de banheiros, desigualdade salarial etc.) não estavam inicialmente contempladas na pauta de discussão desses Congressos, embora tenham sido levantadas pelas trabalhadoras nos grupos de discussão, extrapolando os objetivos iniciais das diretorias⁵. A organização específica das mulheres em

Comissões ou Departamentos Femininos, reivindicada pelas trabalhadoras, era, inclusive, considerada por alguns dirigentes como uma “divisão da categoria” (SOUZA-LOBO, 1991).

O discurso da “unidade da classe”, verbalizado pela liderança sindical, era freqüentemente utilizado para sufocar o debate sobre relações de gênero. Sob este discurso ocultava-se uma visão conservadora da mulher, expressa na visão de sua participação sindical como complementar à luta masculina, o que constituiu um obstáculo à incorporação das trabalhadoras à vida sindical. Como exemplo disso, nos três sindicatos anteriormente citados foram criados departamentos ou comissões de mulheres que se dissolveram após algumas reuniões, não resistindo ao cerceamento de suas atividades e ao descaso das direções sindicais (SOUZA-LOBO, 1991 e MORAES, 1990).

É importante ressaltar que os padrões culturais de feminilidade e masculinidade começaram a mudar na virada da década de setenta, impulsionados pela verbalização dos vários problemas relacionados pelas mulheres, realizada pelo movimento feminista. Nas resoluções dos congressos de trabalhadoras, esta problemática específica de gênero surgiu na forma de reivindicações de proteção às gestantes, de creches nos locais de trabalho e de equiparação salarial com os homens. A emergência destas questões pode ser considerada o ponto de partida para a atuação posterior das mulheres no movimento sindical, pois a discussão realizada nos congressos citados repercutiu no interior das fábricas — onde as trabalhadoras começaram a questionar o autoritarismo presente nas relações de trabalho — e despertou as trabalhadoras para a relevância de suas demandas específicas e para a necessidade de participação. As diretorias dos citados sindicatos, naquela época, não deram a atenção devida a estas demandas, mas o fato de terem criado um primeiro espaço para que elas pudessem ser tornadas públicas constituiu o ponto de partida para a atuação posterior das mulheres no movimento sindical.

Assim sendo, apesar da paralisação temporária do trabalho de mobilização das mulheres, agravada pelas intervenções sofridas por alguns sindicatos, estavam criadas as condições para a retomada deste trabalho na década de oitenta, desta vez por iniciativa das próprias mulheres.

A atuação de mulheres no interior dos sindi-

⁴ Durante as décadas de cinquenta e sessenta, existiu no Sindicato dos Bancários um Departamento Feminino, cujas funções consistiam basicamente na organização de bailes, festas e concursos para eleger a “Rainha dos Bancários”. Estas atividades estariam relacionadas às campanhas de sindicalização e greves da categoria. Vide KAREPOVS, 1994.

⁵ Resoluções do I Congresso da Mulher Metalúrgica de São Bernardo do Campo e Diadema, 28/01/1978.

catos, assessoradas muitas vezes por militantes ou entidades feministas, permitiu que estas questões crescessem em importância no interior do movimento sindical durante os anos oitenta, momento em que o Novo Sindicalismo se consolidava enquanto ator coletivo.

IV. OS ANOS OITENTA: A FORMAÇÃO DA CNMT

Desde o início dos anos oitenta, em alguns sindicatos começava a ser desenvolvido um trabalho de mobilização das mulheres nas fábricas, de discussão de suas reivindicações específicas e, sobretudo, de formação política. Isso se deu através da ação das primeiras comissões e departamentos femininos que se empenharam em ampliar o número de lideranças femininas engajadas no combate à discriminação e às desigualdades de gênero.

Entretanto, as atividades realizadas nos sindicatos tinham pouca repercussão dentro do conjunto do movimento sindical, como narra Isabel Conceição da Silva: “Isso é ainda um processo em construção. Eu acredito que o nosso grande achado, o nosso grande passo [...] foi em 86, quando a gente resolveu sair do isolamento. O que é que é sair do isolamento? Até 86, ocorreram muitas atividades relacionadas à problemática das mulheres em vários sindicatos, de forma isolada. Então, vários sindicatos fizeram congressos, fizeram seminários, mas de uma maneira que não aparecia, não dava visibilidade, sabe? Era uma coisa que acontecia no sindicato e ficava no sindicato. E às vezes acontecia entre as mulheres do sindicato e ficava entre as mulheres do sindicato [...]”⁶.

Durante o II Congresso Nacional da CUT, em agosto de 1986, algumas militantes sindicais que se empenhavam em discutir a problemática específica das mulheres trabalhadoras em seus sindicatos, apoiadas por feministas que também militavam na CUT e no Partido dos Trabalhadores, apresentaram um documento contendo várias propostas, entre as quais destacava-se a proposta de criação da Comissão Nacional sobre a Questão da Mulher Trabalhadora (CNMT).

A criação da CNMT/CUT foi o primeiro passo para a construção de um espaço de atuação feminista que deveria, na opinião das criadoras desta Comissão, construir-se através da sensibilização paulatina do conjunto do movimento sin-

dical cutista, como esclarece o depoimento de Isabel: “[...] Nesse primeiro momento, a nossa estratégia era ganhar mulheres para a causa, era sensibilizar o conjunto do movimento sindical cutista que a questão das mulheres tinha que ser tratada de uma forma especial, de uma forma específica [...]. Por que tinha um discurso de que a questão das mulheres não era uma questão separada do movimento geral e que tratar a questão das mulheres separada era dividir a classe trabalhadora, e a gente combateu esse discurso dizendo o seguinte: não, a questão das mulheres de fato é uma questão da classe trabalhadora [...]; agora, nós temos que ter estratégias diferentes pra trazer essa questão pro conjunto da classe trabalhadora, nós temos que ter estratégias diferentes pra organizar as mulheres, por que quem dividiu, [...] quem colocou as mulheres num patamar diferente dos homens não foram as próprias mulheres, nem os próprios homens; é uma sociedade que nós temos, uma sociedade dominadora, uma sociedade exploradora; e que essa diferença entre homens e mulheres [...], só interessa a essa sociedade dominadora e exploradora e isso não interessa aos nossos princípios democráticos, aos nossos princípios históricos, sociais, de fazer uma sociedade igualitária, socialista. [...] A partir daí ficou muito mais fácil fazer atividades específicas com as mulheres”⁷.

A CNMT permitiu às militantes sindicais centralizar esforços tanto na ampliação dos espaços de atuação feminina anteriormente existentes, quanto na criação de novos espaços, como por exemplo, comissões análogas nos níveis estadual e regional. Permitiu também a organização de atividades de abrangência nacional, tais como a mobilização em torno da defesa da aprovação de diversos direitos da mulher trabalhadora, tais como a licença maternidade de 120 dias, a licença paternidade de oito dias e o direito à creche no local de trabalho, que corriam o risco de serem suprimidos da Carta Constitucional de 1988 durante o segundo turno de votação do Congresso Constituinte devido às pressões do empresariado. A defesa destes direitos integrou a CNMT/CUT com os movimentos feminista e popular num intenso processo de mobilização em todo o Brasil (ALVAREZ & DAGNINO, 1995 e DELGADO, 1996).

A CNQMT tem se destacado, na passagem da

⁶ Entrevista realizada em 04/04/1996.

⁷ Entrevista realizada em 04/04/1996.

década de oitenta para a de noventa como uma importante via para a difusão do debate sobre relações de gênero no interior do movimento sindical cutista, ainda que existam algumas dificuldades em ampliar sua influência sobre os sindicatos (DELGADO, 1996). A discussão sobre relações de gênero promovida por esta Comissão e pelas sindicalistas desempenhou papel fundamental no questionamento da concepção da classe trabalhadora como um coletivo homogêneo e unitário, que escondia as diferenças e desigualdades entre homens e mulheres. Este questionamento tem feito com que os homens do movimento sindical percebam a contradição entre a posição desigual das mulheres no mercado de trabalho e nos sindicatos e a defesa da democracia e da igualdade que pautam a atuação do movimento sindical cutista. Em suma, a atuação das mulheres tem contribuído para ampliar a democratização interna da CUT ao reivindicar a ampliação dos espaços de participação das mulheres e a inclusão de suas demandas específicas na agenda sindical.

Ao longo da década de oitenta a CNMT teve importância fundamental na ampliação do debate sobre a questão de gênero nos congressos e seminários realizados pelos sindicatos estudados. O resultado das ações conjuntas desta Comissão e das militantes destes sindicatos foi a ampliação dos espaços de atuação feminina dentro dos sindicatos, tais como a criação de comissões de mulheres e o desenvolvimento de atividades para mobilizar as trabalhadoras. Na próxima seção examinaremos o desenvolvimento da questão específica de gênero no interior dos três sindicatos que constituem o objeto desta pesquisa⁸.

V. O SINDICATO DOS METALÚRGICOS DE SÃO BERNARDO DO CAMPO E DIADEMA

A categoria metalúrgica sempre foi majoritariamente masculina. Dados coletados pelo sindicato mostram que em 1986 as mulheres representavam 10,78% dos trabalhadores da base do sindicato e 5,68% do total de sindicalizados, concentrando-se nos setores de mecânica, material

elétrico e material de transportes. Apesar de poucas, as mulheres constituem desde a década de setenta a maior parcela da mão-de-obra das empresas destes três setores, sendo também o setor pior remunerado e mais sujeito à rotatividade de mão-de-obra da categoria⁹.

A presença de mulheres em grande número nos setores acima citados constituiu um dos principais motivos do interesse do sindicato em mobilizá-las. A realização do I Congresso da Mulher Metalúrgica, como foi observado, foi a primeira iniciativa do sindicato para se aproximar das mulheres da categoria. No entanto, a Comissão de Mulheres formada por decisão das trabalhadoras reunidas neste Congresso foi dissolvida pouco tempo depois da sua criação.

Além deste fato, as intervenções sofridas pelo sindicato em 1979 e 1980 dificultaram o prosseguimento de um trabalho contínuo com as mulheres metalúrgicas. Entretanto, o fato de diversas questões relativas à sua experiência cotidiana nas fábricas terem vindo à tona durante o Congresso, despertou estas trabalhadoras para a percepção da discriminação que sofriam no interior da categoria e para a existência de questões e demandas específicas relativas à sua condição de gênero, permitindo a retomada posterior do trabalho de mobilização das metalúrgicas pelo sindicato.

O principal indício desta retomada em 1984 é o artigo “Acorda, Mulher”, resultado de uma discussão da diretoria do sindicato com um grupo de operárias. Este artigo era bastante crítico com relação às mulheres da categoria: “Companheiras, precisamos assumir a responsabilidade de resolver nossos próprios problemas. [...] Será que novamente estamos esperando que os homens tomem alguma atitude primeiro? [...] Cada uma conhece seu próprio problema e não estica os olhos mais adiante e reconhece que é o problema de todas. Para nós mulheres faltam somente dois ingredientes para levantarmos a cabeça de vez: LUTA e UNIÃO. E não precisamos ir buscar exemplos muito longe. No nosso próprio setor de trabalho nos tratamos como adversárias, e muitas vezes descarregamos o nosso sentimento de injustiça da sociedade, da chefia, do governo em cima da companheira do lado” (*Tribuna Metalúrgica*,

⁸ A documentação não é contínua e para alguns intervalos de tempo existem poucas informações. Mesmo assim foi possível analisar o discurso presente na documentação destes sindicatos e visualizar o crescimento da discussão sobre a questão de gênero no seu interior.

⁹ “Mapeamento sobre a questão da mulher trabalhadora no Estado de São Paulo”. Pesquisa realizada pela CNQMT/CUT com a colaboração dos sindicatos, 1986.

suplemento informativo nº 686, 07/1984).

O texto deste artigo é bastante enfático na cobrança de uma atitude mais combativa por parte das metalúrgicas pois, até aquele momento, as iniciativas das militantes sindicais para mobilizar as trabalhadoras da base estavam apresentando poucos resultados positivos. Não apenas o texto, mas também as propostas contidas nesse documento são bastante incisivas, reivindicando compromissos concretos da diretoria no que diz respeito ao acesso das mulheres aos diversos recursos materiais do sindicato: “(i) uso da imprensa sindical para denúncias e matérias de conteúdo formativo; (ii) debate e atividades culturais no sindicato, periodicamente, para as mulheres; (iii) compromisso de levar a discussão para a base e buscar propostas de organização junto às companheiras das fábricas; (iv) participação efetiva nos espaços existentes, como CIPA, Comissões de fábrica e outros; (v) participação em seminários e cursos de formação sindical” (*Tribuna Metalúrgica*, suplemento informativo nº 686, 07/1984).

As informações disponíveis indicam que o período entre 1985 e 1987 foi dedicado a um trabalho interno de formação política, com a realização de diversos debates, palestras e formação de grupos de discussão nas fábricas¹⁰.

Em 1986, sob a influência da criação da CNQMT da CUT, foi criada a Comissão da Questão da Mulher Metalúrgica, oficializada em março de 1987. A formação desta Comissão permitiu às sindicalistas intensificar as atividades de mobilização das metalúrgicas em torno de suas demandas e de sensibilização da direção para a necessidade de se discutir as relações de gênero no interior da categoria.

Como primeiro passo, em junho de 1987 a Comissão da Mulher Metalúrgica produziu um documento contendo sérias críticas à falta de empenho do sindicato em encaminhar as reivindicações das metalúrgicas e à falta de clareza da diretoria e das lideranças femininas quanto à relevância dessas reivindicações: “Não podemos deixar de observar que, entre as trabalhadoras, as li-

deranças já despontam e se afirmam cada vez mais dentro dos sindicatos e partidos, mas nem todas têm claro a importância de seu papel junto às trabalhadoras, muitas vezes não discutem ou levam bandeiras que propiciem uma participação maior e mais consciente das trabalhadoras. Esta incompreensão não se dá apenas com as lideranças femininas, ela é muito mais séria e profunda com relação às lideranças masculinas. Houve um avanço na compreensão dessa questão no momento em que nossa Central Única dos Trabalhadores aprovou a ‘Comissão da Questão da Mulher’ (fruto da discussão e pressão das próprias trabalhadoras). Embora este avanço tenha ocorrido, em muito poucos sindicatos houve seriedade no encaminhamento desta questão, em alguns por descaso, em outros por falta de clareza sobre o assunto”¹¹.

Durante o ano de 1988, as atividades da Comissão da Mulher Metalúrgica concentraram-se na mobilização em defesa dos direitos trabalhistas relativos às mulheres, ameaçados de serem excluídos da Constituição brasileira. A Comissão esteve também envolvida na realização de cursos sobre sexualidade e na preparação de um curso de formação para lideranças femininas¹².

Nos anos que se seguiram, a discussão da problemática de gênero teve um crescimento significativo, com a realização de diversos eventos, tais como cursos, palestras e seminários com a diretoria e delegados(as) de base. A realização dessas atividades contou com a assessoria de militantes feministas. Estas atividades demonstravam o crescimento do debate sobre relações de gênero, ainda que a própria Comissão afirmasse que os diretores relutavam em assumir as reivindicações femininas, deixando o seu encaminhamento sob responsabilidade das diretoras e participando pouco dos eventos promovidos pela Comissão.

¹⁰ Estas informações estão contidas no documento “Um pouco da história do trabalho específico com as metalúrgicas no Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema”, 10/12/1992.

¹¹ Documento da Comissão da Questão da Mulher Metalúrgica, 22/06/1987, pp. 1-2. Este documento propõe também uma série de ações para resolver esses problemas: seminários com a diretoria, visando sensibilizá-la sobre as questões das mulheres; atividades de formação política dirigidas às mulheres; atividades que atraíssem as mulheres para o sindicato e criassem o hábito de frequentá-lo e acesso da Comissão às discussões por fábrica que envolvessem trabalhadoras.

¹² Ata da reunião da Comissão da Questão da Mulher Metalúrgica, 24/08/1988.

A atuação das mulheres no Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo contribuiu para que, lentamente, fosse se consolidando no seu interior *um espaço para a discussão* das particularidades da condição feminina. Dados sobre sindicalização podem ser utilizados para apontar os efeitos desta discussão sobre a participação das mulheres. Um estudo realizado com as metalúrgicas em 1991¹³, mostra que 79% delas se declararam sindicalizadas, contra as 25,73% filiadas ao sindicato em 1986¹⁴. Entretanto, 80,1% do total das mulheres declararam nunca ter participado de nenhuma atividade do sindicato. Estes dados demonstram que, apesar de constituírem um contingente minoritário na categoria metalúrgica, as mulheres são um setor significativo que, no entanto, até 1991 não tinha uma presença ativa nas atividades sindicais.

Na diretoria do sindicato a participação feminina também é bastante recente. Até 1990 apenas duas mulheres participaram da diretoria do sindicato em diferentes períodos, como suplentes.

No triênio 1990-1993, havia uma mulher integrando o conselho fiscal como membro efetivo e outra participando do sindicato na qualidade de diretora de base, sendo ela a única mulher num total de dezenove diretores de base.

No triênio 1993-1996, após a unificação deste sindicato com o Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André, o Sindicato unificado passou a contar com quatro delegadas de base num total de quarenta e dois delegados. Cargos mais importantes na diretoria, tais como presidência, secre-

taria-geral etc., nunca foram ocupados por mulheres.

Entretanto, deve-se ressaltar que o próprio fato dessas militantes terem ingressado na diretoria do sindicato foi resultado de um trabalho de formação desenvolvido anteriormente. Além disso, a participação dessas mulheres nos cargos diretivos tem desempenhado um papel estratégico no aprofundamento do debate das questões de gênero no interior deste sindicato, no desenvolvimento de políticas voltadas para a mobilização das trabalhadoras e na inclusão das suas demandas específicas nas pautas de reivindicações.

VI. OS SINDICATOS DOS QUÍMICOS E DOS PLÁSTICOS DE SÃO PAULO¹⁵

No interior da categoria química o contingente feminino era bastante significativo. Elas constituíam em 1989 cerca de 33,6% dos trabalhadores químicos e seus salários, dependendo da região e do setor em que trabalhassem, chegavam a ser, em média, 65,6% inferiores aos dos homens¹⁶.

Embora não tenhamos dados sobre a composição sexual da categoria na década de setenta, provavelmente já naquela época a presença de mulheres era significativa a ponto de despertar o interesse do sindicato. Como primeira tentativa de aproximar o sindicato das mulheres o I Congresso das Químicas, mesmo tendo sido realizado por uma direção moderada e pouco atuante, permitiu que as trabalhadoras químicas, da mesma maneira que as metalúrgicas, verbalizassem seus problemas e comesçassem a se organizar num Departamento Feminino. O cerceamento das atividades deste Departamento pela diretoria e sua posterior dissolução não impediram que o debate sobre os problemas das mulheres continuasse a ser realizado pelas militantes da oposição sindical.

Com a vitória, em 1982, da oposição sindical, formada por um grupo identificado com as pro-

¹³ “Pesquisa com as Mulheres Metalúrgicas/Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema — subseção do DIEESE, 1991”. Nesta pesquisa foram selecionadas as maiores empresas da base do sindicato, as quais empregavam 35% dos trabalhadores da categoria (43.742). Dos trabalhadores destas empresas, 14% (5.944) eram mulheres. Foram entrevistadas 1.253 metalúrgicas.

¹⁴ Este levantamento foi realizado pelo sindicato com o objetivo de responder ao questionário da pesquisa “Mapeamento sobre a questão da mulher trabalhadora no estado de São Paulo” realizada pela CNQMT/CUT em 1986 e mostra que dos 119.877 trabalhadores da base do sindicato (sendo 12.927 deles mulheres), 48,84% (58.550) eram sindicalizados. Dentro deste contingente de trabalhadores sindicalizados 94,32% eram homens e 5,68% eram mulheres, ou seja, apenas 25,73% das mulheres eram sindicalizadas.

¹⁵ Durante esta pesquisa foi possível obter informações (na Biblioteca do Sindicato dos Químicos) tanto sobre o Sindicato dos Trabalhadores em Indústrias Químicas de São Paulo, quanto sobre o Sindicato dos Trabalhadores em Indústrias de Plásticos de São Paulo, pois a partir de 1993 estes sindicatos se fundiram formando o Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Químicas e de Plásticos de São Paulo e Região.

¹⁶ “Da esterilidade forçada à exploração salarial”, pesquisa realizada pelo Sindicato dos Químicos de São Paulo em conjunto com o DIEESE, 1989.

postas do Novo Sindicalismo, o grupo de mulheres que procurava mobilizar as trabalhadoras transformou-se em uma Comissão de mulheres que desenvolveu uma atividade incessante nos anos seguintes: filmes, debates, reuniões semanais e pequenos encontros com as trabalhadoras.

O boletim diário *Sindiluta* passou a ser um veículo de divulgação das atividades da Comissão. É bastante significativa a publicação, a partir de junho de 1986, de histórias em quadrinhos da personagem Mimi, uma trabalhadora química consciente, inteligente e sensível que dialogava freqüentemente com suas (seus) leitoras(es), procurando conscientizar o conjunto dos trabalhadores para a necessidade de participação no sindicato e para os problemas vivenciados pelas mulheres químicas.

O *Sindiluta* também era um canal de denúncia dos problemas que atingiam a categoria e, particularmente, as mulheres. As denúncias mais freqüentes deste boletim diziam respeito (por ordem de freqüência das denúncias) à falta de condições adequadas de trabalho, à violência dos (as) chefes em relação às trabalhadoras¹⁷, à falta de creches, às tentativas de obrigar as trabalhadoras químicas a executarem serviços de limpeza nas fábricas e à perseguição às trabalhadoras grávidas¹⁸. Todas estas questões foram tema de discussão no I Congresso da categoria química, realizado em março de 1988, desempenhando um papel bastante relevante na ampliação do debate sobre a condição feminina dentro deste sindicato. Nele, foram debatidos a dupla jornada de trabalho, o autoritarismo fabril, a discriminação à gestante e a falta de creches¹⁹. Foram também discutidas as limitações à

atuação feminina nos sindicatos. As resoluções do Congresso enfatizavam os papéis da educação diferenciada e da dupla jornada de trabalho na inibição da participação sindical das trabalhadoras e reconheciam a necessidade do sindicato manter uma política de atuação voltada para a questão específica da mulher. Neste sentido, apresentavam propostas concretas para o encaminhamento desta questão tais como: incentivar a participação das mulheres nos grupos de fábrica, CIPAS e comissões; publicar materiais informativos que abordem a problemática de opressão e discriminação da mulher e incluir estas questões nos cursos de formação; incluir as reivindicações específicas das mulheres nas pautas de negociação e acordos coletivos de trabalho e incentivar o avanço das comissões de mulheres no sindicato, zonais e na CUT²⁰.

Este Congresso contou com a participação de homens e mulheres. Assim sendo, o fato de muitas demandas especificamente femininas terem sido temas de discussão indica que estas questões estavam crescendo em importância na agenda sindical e servindo para impulsionar algumas medidas concretas como, por exemplo, a realização de dois estudos sobre as mulheres químicas em março de 1988 e abril de 1989. No ano de 1988, além da realização de um curso de formação política para as mulheres, promovido pela CUT da região sul da Grande São Paulo, o *Sindiluta* divulgou sistematicamente notícias sobre os direitos trabalhistas relativos às trabalhadoras que estavam sendo votados no 2º turno da Assembléia Nacional Constituinte.

A influência da CNQMT foi sem dúvida um fator que impulsionou a continuidade do trabalho de mobilização das trabalhadoras químicas no final dos anos oitenta e no começo dos noventa, por meio da realização de encontros, palestras e debates²¹. Exemplo do crescimento da problemática de gênero foi um documento aprovado em assembléia do sindicato em 1992, que defendia a ampliação da participação feminina nas direções

¹⁷ Várias notícias do *Sindiluta* caracterizam as mulheres que exerciam funções de chefia ou supervisão como mais violentas e repressoras do que os seus similares homens.

¹⁸ A empresa "campeã" em irregularidades na década de oitenta foi a Nitroquímica, pertencente ao grupo Votorantim. O setor de fiação de *rayon*, que empregava quase exclusivamente mulheres era responsável pela maioria dos casos de intoxicações e doenças profissionais. A mobilização das trabalhadoras dessa empresa, através de greves e de um ato público de protesto na sede da Votorantim (em 16/06/1986) resultou na interdição do setor de fiação de *rayon*. *Sindiluta*, nºs 663 (04/06/1986) e 750 (03/10/1986).

¹⁹ Cf. Resoluções do I Congresso dos Trabalhadores Químicos e Farmacêuticos de São Paulo e Região, 25 a 27/03/1988, p. 16

²⁰ Cf. Resoluções do I Congresso dos Trabalhadores Químicos e Farmacêuticos de São Paulo e Região, 25 a 27/03/1988, pp. 16-18.

²¹ Por exemplo, um boletim *Sindiluta* especial, dirigido às mulheres (09/1990), convocava-as para um encontro no sítio do sindicato para discutir questões salariais, discriminação no trabalho, a saúde da mulher e o funcionamento de seu corpo.

dos sindicatos através do sistema de cotas e o envolvimento do movimento sindical nas lutas pelo acesso à profissionalização, pela *legalização do aborto* e pelo fim dos exames pré-admissionais de gravidez²².

Não nos foi possível obter dados sobre a sindicalização feminina na categoria química que possibilitassem uma avaliação dos efeitos da atuação das sindicalistas sobre o conjunto das trabalhadoras. Por outro lado, os dados obtidos sobre a composição sexual da diretoria do Sindicato dos Químicos, referentes ao período entre 1988 e 1997²³, apresentam um quadro semelhante ao da categoria metalúrgica. No triênio 1988-1991, a diretoria efetiva do sindicato contava com uma única mulher que ocupava o cargo de secretária de imprensa e passou a ocupar a presidência da entidade após o afastamento do presidente em 1988. A partir de 1991, o sindicato passou a ser gerido por um colegiado composto por trinta e oito membros, dos quais cinco eram mulheres. A diretoria do Sindicato unificado dos Químicos e Plásticos no triênio 1994-1997 contou com setenta e dois membros, dos quais nove eram mulheres. Ainda que a presença dessas militantes seja pequena e não-proporcional ao número de mulheres da categoria, o aumento da participação feminina na diretoria foi significativo e tem sido bastante relevante para a ampliação do debate sobre a questão de gênero dentro do Sindicato dos Químicos.

A partir de 1988, a questão de gênero passou também a figurar na agenda de preocupações do Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Plásticos. Nas resoluções do I Congresso da categoria, realizado em abril daquele mesmo ano, estava incluído um capítulo denominado “Mulheres: organizar na fábrica, atuar no sindicato”. Este capítulo continha diversos pontos em comum com os documentos do Sindicato dos Químicos e, sobretudo, com os documentos da CNMT como, por exemplo, a ideia do trabalho doméstico como função a ser assumida pela sociedade e pelo Estado. Os problemas apontados pelas trabalhadoras do setor plástico também eram semelhantes aos

identificados pelas trabalhadoras químicas (falta de creches, controle do uso de banheiros, discriminação às gestantes etc.). Entre as deliberações apareciam propostas de realização de plenárias das mulheres da categoria, campanhas de sindicalização, cursos específicos para mulheres, a realização de uma campanha pelos direitos da mulher enfatizando a necessidade de creches, de igualdade salarial, além do combate ao assédio sexual, às perseguições e às discriminações e a criação de uma Comissão de Mulheres²⁴.

Nesse congresso surgiu também a discussão da problemática da mulher negra²⁵. Embora as formas de encaminhamento propostas para esta questão fossem muito mais vagas, o fato deste tema ter surgido num congresso de trabalhadores, juntamente com a discussão sobre relações de gênero, é por si só importante pois representa uma ampliação do leque de questões debatidas pelos trabalhadores e incluídas na agenda de preocupações do sindicato. Dentro do conjunto da documentação pesquisada, esta foi a primeira vez que a questão racial foi abordada.

Conforme decisão tomada no I Congresso, foi realizado em julho de 1988 o I Encontro de Mulheres dos Plásticos. O texto resultante desse Encontro trazia muitos pontos em comum com o texto aprovado no I CONPLAST, mas incluía algumas inovações importantes: foram enfatizados os papéis da educação diferenciada, da repressão sexual e do controle sobre a fertilidade feminina na reprodução das desigualdades, da exploração e da violência cotidiana²⁶.

A crescente influência do discurso feminista sobre a atuação das mulheres nos sindicatos pode ser percebida, por exemplo, na elaboração pela Comissão de Mulheres do Sindicato dos Plásticos de uma coletânea de textos e dados gerais sobre a legislação relativa ao aborto e sobre a realização de abortos clandestinos. Esta coletânea era parte da preparação para um debate sobre este tema, que envolveria o Sindicato dos Plásticos e outros sindicatos cutistas, indicando uma nova percepção destas entidades sobre a problemática específica

²² “Texto sobre as mulheres químicas aprovado na assembléia do dia 12/06/1992”.

²³ Estes dados foram obtidos através das atas de posse das diretorias dos sindicatos. No caso particular do Sindicato dos Químicos, a maioria das atas de posse não foi localizada.

²⁴ Resoluções do I CONPLAST, março de 1988.

²⁵ O Sindicato dos Plásticos possuía uma Comissão de Negros.

²⁶ Resoluções do I Encontro das Mulheres dos Plásticos, 09-10/07/1988, parte III, p. 01.

de gênero que os levava a incorporar na sua agenda questões consideradas anteriormente como secundárias em relação às bandeiras trabalhistas que orientavam a sua prática²⁷.

Tanto no sindicato da categoria química quanto no dos plásticos, a preocupação inicial era estimular a participação feminina na vida sindical para integrar as mulheres na luta em defesa dos interesses do conjunto de trabalhadores. O crescimento do debate sobre a questão de gênero em ambos os sindicatos na segunda metade da década e a semelhança existente entre seus discursos e o discurso da CNMT, mostravam a importância que adquiriu a atuação desta Comissão e a influência das idéias feministas difundidas por ela. A militância ativa das mulheres nesses dois sindicatos fez com que, pouco a pouco, fossem ampliados os espaços de atuação feminista e alterada a cultura política predominante nestas entidades com a introdução do debate das questões e das demandas específicas de gênero: inicialmente a reflexão relativa às discriminações nas relações de trabalho e o questionamento das barreiras impostas à participação sindical feminina e, paulatinamente, as questões relacionadas aos seus papéis de esposa, mãe e filha, ou seja, à condição feminina de modo geral, ao corpo, à sexualidade, ao aborto etc.

VII. O SINDICATO DOS BANCÁRIOS DE SÃO PAULO

O exame de dados sobre a composição sexual da categoria permite visualizar o crescimento do contingente de mulheres bancárias. Em 1979, 36% dos bancários do estado de São Paulo eram mulheres. Na cidade de São Paulo as mulheres correspondiam a 41% da categoria²⁸. Ao longo dos anos oitenta, a proporção de homens e mulheres na categoria foi significativamente alterada, sobretudo a partir da metade da década, o que pode ser visualizado na tabela abaixo.

²⁷ Além da preparação desse debate, haviam mais duas atividades programadas pela comissão: uma pesquisa para traçar o perfil das mulheres da categoria e a realização do II Encontro de Mulheres dos Plásticos. Conjunto de documentos elaborados pela Comissão de Mulheres do Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Plásticos, 06/1991.

²⁸ “Profissão bancário: Perfil da categoria”, DIEESE, 1980.

Tabela nº 1

Distribuição por sexo na categoria bancária, São Paulo, 1983-1987

Ano	% homens	% mulheres	total
1983	62,15%	37,85%	100%
1984	61,30%	38,70%	100%
1985	60,76%	39,34%	100%
1986	59,73%	40,27%	100%
1987	58,70%	41,30%	100%

Fonte: Guias de contribuição sindical (1983-1987), DIEESE/Sindicato dos Bancários de São Paulo. *In:* “O trabalho bancário: o refazer de todo instante”. Sindicato dos Bancários de São Paulo, 1988.

Este aumento da porcentagem de mulheres na categoria continuou a ocorrer nos anos seguintes: em 1992 as mulheres representavam 47% dos trabalhadores bancários da cidade de São Paulo²⁹.

No entanto, a atuação do sindicato dos bancários em relação a este elevado e crescente número de mulheres caracterizou-se no final da década de setenta e ao longo da década de oitenta pela dificuldade em constituir uma tradição de mobilização das bancárias.

No final da década de setenta, o Sindicato dos Bancários de São Paulo empreendeu uma tentativa frustrada de reestruturação do Departamento Feminino para incentivar a participação das mulheres como organizadoras de eventos culturais e recreativos. As bancárias estavam sendo chamadas para “enfeitar” o sindicato e não para lutar pela resolução de seus problemas. Mas a iniciativa não foi bem-sucedida e o departamento foi fechado, aparentemente sem motivo (ver KAREPOVS, 1994).

As atividades do Departamento Feminino foram retomadas em 1979, quando a chapa de oposição assumiu a direção do Sindicato. O novo Departamento que entrou em atividade no começo de 1980 visava ampliar a participação das mulhe-

²⁹ “O perfil da categoria bancária no estado de São Paulo” — Pesquisa realizada pelo Instituto de Análises sobre o Desenvolvimento Econômico e Social em novembro de 1992.

res nas lutas da categoria. Nas primeiras reuniões, foram traçadas as diretrizes da sua atuação e escolhida a luta por creches como bandeira prioritária, por ser ela, naquele momento, a bandeira de luta de um movimento mais amplo que integrava mulheres dos movimentos sindical e popular³⁰.

Em fevereiro de 1981, o Departamento realizou o I Encontro da Mulher Bancária de São Paulo. As discussões versaram sobre três temas básicos: “Mulher e trabalho”, “Mulher e sociedade” e “Participação política”, apontando a precariedade das creches existentes, a curta duração da licença maternidade, a discriminação à gestante e a desigualdade salarial, chamando atenção também para o papel dos quadros de carreira, característicos dos bancos estatais, na diminuição das desigualdades entre homens e mulheres³¹. Foram repudiadas a imposição do controle da natalidade e a ilegalidade do aborto (o que demonstra uma clara influência do debate que vinha sendo desenvolvido pelo movimento feminista naquele período). Enfatizou-se, além disto, a necessidade de participação das mulheres nos sindicatos, partidos e movimentos políticos.

O ano de 1981 foi caracterizado pela freqüente atividade do Departamento Feminino, com a realização de cinco reuniões no período entre abril e setembro. As propostas de encaminhamento das questões discutidas ficaram restritas à realização de debates e pesquisas com a finalidade de obter dados para subsidiar as futuras ações e para confeccionar materiais informativos. Nas atas destas reuniões eram freqüentemente mencionadas as dificuldades encontradas pelo Departamento Feminino para integrar seu trabalho com a ação das subseções regionais do sindicato e divulgar suas atividades para o conjunto da categoria³².

Ao longo da década de oitenta, a *Folha Bancária*, jornal informativo da categoria, foi o principal veículo de denúncias de discriminação contra as mulheres. As denúncias que figuraram com mais freqüência diziam respeito à perseguição às gestantes e às mães, ao assédio sexual e à ausência

de creches, à utilização do aspecto físico das mulheres para vender a imagem do banco e à desigualdade salarial entre homens e mulheres.

O caso mais célebre de perseguição às gestantes veiculado pela *Folha Bancária* foi a demissão de Iracema Elizabeth Groth, secretária da diretoria do Banco Bandeirantes. As pressões agressivas para que ela pedisse demissão e seu posterior rebaixamento de função motivaram sua ida ao sindicato, que acompanhou detalhadamente o caso e moveu uma ação judicial vitoriosa contra o banco. O “caso Iracema” mereceu várias menções ao longo dos anos de 1981 e 1982 na *Folha Bancária*³³.

Entre julho de 1983 e março de 1985 o sindicato esteve sob intervenção do Ministério do Trabalho. Neste período, o trabalho com as mulheres bancárias praticamente cessou, pois a motivação principal das lutas da categoria passou a ser a retomada do sindicato. Mas as denúncias de discriminação contra as mulheres continuaram presentes nas páginas da *Folha Bancária Livre* que circulou durante essa época. Um dos principais destaques neste jornal foram os casos de assédio sexual por parte dos gerentes de banco³⁴.

Após a intervenção, as atividades do Departamento Feminino não foram retomadas, mas as questões de gênero e as demandas das bancárias não desapareceram da agenda do sindicato. No ano de 1986 houve uma grande campanha pelo aumento do valor do auxílio-creche e pela extensão deste auxílio aos filhos com mais de seis meses de idade, conduzido principalmente pelas trabalhadoras do Banespa e do Banco do Brasil. A *Folha Bancária* divulgou amplamente o movimento e o sindicato realizou várias reuniões com as participantes. Em novembro de 1986, o aumento do auxílio-creche foi negociado e estabelecido na convenção coletiva.

Em 1988 o sindicato acompanhou atentamente

³⁰ Ata da reunião plenária do Departamento Feminino realizada em 29/03/1980.

³¹ Documento final do I Encontro da Mulher Bancária, 21/02/1981, pp. 02-03.

³² Ata da reunião do Departamento Feminino, 07/05/1981.

³³ *Folha Bancária* n^{os} 346 (22/11/1981), 348 (23/11/1981), 352 (27/11/1981), 376 (05/01/1982), 416 (08/03/1982) e 494 (01/07/1982).

³⁴ O mais famoso destes gerentes, Armando Galbe, ficou conhecido como o “garanhão do Noroeste”. Apesar de amplamente denunciado, ao que tudo indica, este gerente permaneceu impune. Conferir *Folha Bancária* n^{os} 867 (30/01/1984), 869 (01/02/1984), 870 (02/02/1984), 882 (26/02/1984), 883 (27/02/1984), 888 (13/03/1984), 891 (19/03/1984).

o processo de votação dos direitos trabalhistas na Assembléia Nacional Constituinte, dentre os quais se destacavam a licença maternidade de cento e vinte dias, a licença paternidade e as creches nos locais de trabalho. O sindicato dos bancários esteve presente em diversas atividades em defesa destes direitos³⁵.

Num boletim especial publicado em agosto de 1989, durante a campanha salarial daquele ano, além da convocação para que as bancárias formassem uma “ala das mulheres” na passeata da categoria, havia uma avaliação da atuação das mulheres na categoria bancária. Esta avaliação enfatizava as limitações colocadas para o atendimento das reivindicações das mulheres, que iam desde a intransigência patronal até a própria dificuldade das lideranças em assumir estas reivindicações como relevantes e dar destaque a elas no momento da negociação: “Nas diversas campanhas salariais, por diversos motivos, as reivindicações das mulheres têm se diluído em meio às reivindicações mais gerais da categoria. Precisamos mudar isso. É necessário que as mulheres bancárias assumam, junto com o sindicato, a sua importância na luta dos bancários, afinal de contas, as mulheres são praticamente a metade dos bancários da nossa base sindical”³⁶.

O trabalho das militantes bancárias foi retomado no início da década de noventa. Isso pode ser constatado através do documento final do I Seminário Nacional da Mulher Bancária, realizado em 1993. Este documento mostra uma ampliação no leque de demandas discutidas, apresentando propostas concretas para encaminhá-las. Por exemplo, o Seminário enviou uma série de pontos a serem incluídos na pauta de reivindicações dos bancários, unificada a nível nacional. Os itens enviados propunham a *criação de dispositivos legais para o combate à discriminação nos bancos*, entre os quais cabe destacar a proposta de consti-

tuição de comissões paritárias para apurar casos de discriminação. As resoluções do Seminário também referendavam um manifesto de diversos grupos de mulheres em prol de alterações nos artigos do Código Penal relativos ao aborto, à violência, ao assédio sexual etc.

Observando o percurso do Sindicato dos Bancários, percebe-se que houve uma dificuldade maior (do que nos demais sindicatos pesquisados) em desenvolver um trabalho contínuo de mobilização das mulheres em torno de suas reivindicações específicas. Apesar disso, este trabalho foi retomado no começo dos anos noventa e a ampliação do debate sobre as questões de gênero e da atuação das mulheres teve um impacto positivo na participação das bancárias nos postos diretivos e nos espaços de poder deste sindicato.

O crescimento da participação feminina nos cargos da direção sindical só se deu nos anos noventa mas, mesmo assim, a composição da diretoria ainda está longe de expressar a presença feminina no contingente dos trabalhadores bancários. Na gestão de 1979-1981 existiam duas mulheres num total de quatorze diretores. A diretoria cassada do triênio 1982-1985 também tinha duas mulheres, assim como a diretoria do período 1985-1988.

A partir da gestão de 1988-1991 a participação das mulheres começou a crescer. Neste triênio havia três diretoras suplentes e sete diretoras regionais. Na diretoria seguinte (1991-1994) o número de mulheres subiu para vinte e sete: quatro diretoras de base (de um total de dezoito), vinte diretoras regionais (de um total de quarenta e oito) e três diretoras. A gestão de 1994-1997 contava com vinte e três mulheres: três diretoras de base (de um total de quinze), quinze nas diretorias regionais (de um total de cinquenta e seis diretores), uma mulher no conselho fiscal e quatro diretoras encarregadas de diferentes secretarias.

De maneira geral, nos sindicatos pesquisados, houve um processo paulatino de inclusão da questão de gênero nas agendas de preocupações, ainda que este processo não tenha sido contínuo e tenha sido marcado pela dificuldade de generalizar a discussão sobre a problemática específica das mulheres realizada nos Departamentos Femininos e Comissões de Mulheres para as demais instâncias dos sindicatos. Entretanto, as mulheres constituíam e constituem um contingente significativo, digno da atenção dos dirigentes sindicais.

³⁵ Entre as atividades promovidas pelo sindicato destacam-se a participação na 2ª Semana da Mulher, no mês de março de 1988, promovida pela Comissão de Mulheres da CUT, em conjunto com outras entidades, uma manifestação em frente à FIESP, em defesa da licença maternidade, da licença paternidade e das creches, e um programa de atividades que incluía um debate sobre esses direitos trabalhistas e uma discussão preparatória para o Encontro Estadual de Mulheres da CUT. *Folha Bancária* nº 1737, 06/06/1988.

³⁶ Boletim “Mulheres Bancárias”, agosto de 1989.

O esforço desses dirigentes, num primeiro momento, foi no sentido de atraí-las para o sindicato, para que elas se engajassem nas lutas gerais das categorias das quais faziam parte. Com este objetivo foram realizados os primeiros encontros e congressos. Nesses eventos, as trabalhadoras participantes verbalizaram alguns de seus problemas específicos, que não foram imediatamente incorporados à agenda dos sindicatos. Entretanto, foram abertos espaços para a atuação feminina através da criação de Comissões de Mulheres ou de Departamentos Femininos. A partir desses espaços, começou a ser desenvolvida uma militância ativa das mulheres — principalmente durante os anos oitenta — voltada para as questões específicas e em conexão com o movimento feminista.

Este contato com o movimento feminista, por sua vez, contribuiu para a ampliação do próprio leque de questões específicas colocadas para o debate nos sindicatos que passou a abranger, além das reivindicações de cunho trabalhista, outras questões que atingem as mulheres de maneira geral, tais como o aborto, a sexualidade e a violência contra as mulheres.

VIII. HISTÓRIAS DE VIDA: A TRAJETÓRIA DAS MILITANTES SINDICAIS

No mês de abril de 1996 foram realizadas entrevistas com duas sindicalistas, Isabel Conceição da Silva (ex-presidente do Sindicato dos Químicos de São Paulo) e Luci Paulino de Aguiar, militante do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC. O conteúdo de seus depoimentos mostra a importância de se pensar como a diversidade das experiências vividas no nível individual tem uma influência fundamental no desenvolvimento das ações coletivas. Consideramos que as mulheres da classe trabalhadora, assim como a própria classe, constituem um conjunto heterogêneo, composto por pessoas diferentes, com experiências, modos de agir, modos de pensar e modos de sentir diferenciados. Assim sendo, as histórias individuais de cada uma dessas pessoas não devem ser relegadas à esfera particular, pois cada uma dessas histórias individualmente vivenciadas incide nos movimentos coletivos e é parte da constituição desses movimentos. Ou seja, cada uma das militantes entrevistadas é portadora e sujeito de uma história que é simultaneamente individual e coletiva (ABRAMO, 1986). É, portanto, com o intuito de iluminar as práticas coletivas das mulheres trabalhadoras e, em especial, a ampliação de sua atuação no movimento sindical, que as trajetórias individuais das

duas sindicalistas serão analisadas.

Em suas trajetórias pessoais, ambas têm vários pontos em comum: Luci e Isabel começaram a trabalhar durante a infância para ajudar no sustento de suas famílias, que eram chefiadas por suas mães. Ambas se acostumaram, ao longo de suas vidas, a lutar por tudo o que queriam, a brigarem para serem ouvidas. Ambas se dedicam a batalhar pela resolução dos problemas específicos que atingem as mulheres trabalhadoras. E, finalmente, o depoimento de ambas revela o impacto das idéias feministas na mudança de suas trajetórias políticas, de suas concepções e de suas identidades.

Isabel Conceição da Silva é trabalhadora química e atualmente faz parte da Diretoria da Confederação Nacional dos Químicos. Iniciou sua trajetória de militância política, em 1977, no grupo de jovens do bairro onde mora e através deste trabalho no bairro, tomou contato com e passou a militar no Partido dos Trabalhadores. Nas reuniões do partido, conheceu os membros da chapa de oposição à diretoria do Sindicato dos Químicos, juntando-se a eles. Com a vitória da oposição, Isabel passou a atuar no sindicato, tendo participado de três gestões (de 1982 a 1985, de 1985 a 1988 e de 1988 a 1991). Na terceira gestão da qual participou, entre 1988 e 1991, Isabel foi presidente do sindicato após o licenciamento do presidente eleito. Com a vacância do cargo, Isabel disputou esta vaga com dois homens e venceu por ser mais conhecida e por ter, segundo ela, “um trabalho reconhecido pela categoria”. Desde a primeira gestão, Isabel desenvolvia um trabalho de mobilização nas fábricas, mantendo sempre contato com os trabalhadores da base. Apesar disso, não esteve imune ao preconceito dos trabalhadores e trabalhadoras, que não a reconheciam como liderança. Para provar que poderia ser uma líder sindical, Isabel teve que aprender a falar e agir do mesmo modo que as lideranças masculinas, que não precisavam se esforçar para serem reconhecidos como líderes. Estas dificuldades, sentidas ao longo de sua trajetória de militância sindical estão presentes em suas lembranças, como mostra o seguinte trecho de seu depoimento: “Bom, eu não tive grandes problemas quando eu assumi a presidência do sindicato. De uma certa maneira eu já tinha provado pra categoria que eu era capaz. Quando eu falo que eu já tinha provado, é porque nas duas gestões anteriores, quando eu chegava na porta de uma fábrica, principalmente na primeira

gestão, os trabalhadores imaginavam a gente como uma funcionária do sindicato. Quando chega um homem, eles vêem como diretor, quando chega uma mulher, geralmente como uma funcionária do sindicato. E você vai ganhando a confiança deles justamente nos momentos de enfrentamento, de luta. Então, na hora que eles vêem a gente com o microfone na mão, falando, subindo no caminhão, na frente de um portão fazendo piquete, numa negociação com o patrão, eles te reconhecem como liderança”.

Inicialmente, Isabel não se interessava pelo trabalho desenvolvido pela Comissão de mulheres do sindicato. Devido à própria postura que assumira ao longo de sua trajetória de militância sindical, falando e agindo de modo a copiar os modelos de comportamento masculinos, Isabel não se dava conta da discriminação que a atingia, pensando em si mesma como membro de uma classe homogênea, na qual não existia a desigualdade entre homens e mulheres: “Bom, quando eu entrei no sindicato, eu não me dava conta dessa discriminação às mulheres. Eu achava, inclusive, que todo mundo tinha os mesmos espaços, os mesmos direitos, que era uma questão de querer, era uma questão de ter vontade, até porque, de uma certa maneira, eu fui uma exceção, [...] enfrentava muito as coisas, diziam não, aí é que eu metia as caras e ia fazer. Então eu achava que todo mundo que quisesse ser assim podia ser. Isso me fez demorar um pouco pra descobrir que tinha duas realidades, a realidade masculina e a realidade feminina, e que essas duas realidades não eram uma questão de vontade, era uma imposição social, cultural e ideológica. Bom, as companheiras começaram a organizar o trabalho de mulheres e no início elas não contaram com o meu apoio [...]. Eu achava que quando o sindicato falava ‘os trabalhadores’, falava a homens e mulheres, que os problemas dos trabalhadores eram a exploração patronal, os baixos salários, que era a falta de moradia, que era a falta de educação. Quer dizer, eu tinha uma visão muito geral, muito genérica das coisas. Em mais ou menos meados de 84 eu participei de uma palestra com a Helena Hirata³⁷ (uma pesquisadora), e a Helena dava alguns dados que começaram a me tocar [...], dados da violência doméstica, de casos de estupro... dados da responsabilidade que as mulheres têm na manutenção

dos trabalhadores e no cuidado dos filhos. Então, naquela palestra eu comecei a perceber que tinha alguma coisa diferente sim, que o fato das mulheres não participarem das assembleias, das reuniões, de não estarem na direção do sindicato, não era apenas uma questão de vontade política, mas que elas tinham um papel na sociedade que prendia elas dentro de casa e era difícil pra elas romper com isso e vir pros espaços públicos. Aí, a partir daí eu comecei a me interessar, entrei na Comissão de Mulheres do sindicato [...], comecei a pensar em atividades pras mulheres, a enfrentar as piadinhas [...]”.

A referida palestra deu início a um processo de redefinição da sua identidade. Isabel identificava-se com uma imagem da classe trabalhadora como um bloco homogêneo, ou seja, compartilhava de uma identidade de classe masculinizada (oculta por um discurso homogeneizador que mascarava as desigualdades). O contato com o discurso feminista fez com que Isabel repensasse a noção de classe que havia introjetado ao longo de seu percurso de militância, percebendo a diversidade existente entre as maneiras de vivenciar a condição de trabalhador. A partir daí, Isabel começou a pensar em si mesma como parte de uma classe heterogênea, na qual a existência de diferenças não é um fato necessariamente negativo, passando então a se empenhar na defesa de reivindicações específicas e na mobilização das mulheres. Isabel foi, inclusive, uma das principais articuladoras da Comissão sobre a Questão da Mulher Trabalhadora da CUT. Enquanto foi presidente do sindicato, participou várias vezes de negociações coletivas com o patronato, defendendo várias dessas reivindicações. Daí sua ênfase na necessidade da participação das mulheres em todos os níveis da vida sindical e nos cargos de direção para garantir o reconhecimento, a legitimação e a negociação de suas reivindicações. “Bom, eu sempre costumo dizer que a gente tem que estar dentro, tem que estar no meio pra poder ter vez. Então, por exemplo, a montagem de uma pauta para uma campanha salarial, se as mulheres estiverem articuladas e chegarem lá e disserem: ‘tem que colocar isso, isso e isso!’, colocam. Se as mulheres estiverem articuladas para estarem lá na mesa de negociação, a questão é negociada. Agora, se elas não estiverem presentes nesses espaços, não aparece [...]. Eu acho que um grupo de diretores [...] ele ‘tá ali e vai sentar e montar uma pauta que corresponde ao perfil da sua cate-

³⁷ Professora de Sociologia do Trabalho na Universidade de São Paulo e militante feminista.

goria[...]. Quando aquele grupo que ‘tá ali, independente de serem homens ou mulheres, monta uma pauta deixando de corresponder aos interesses de um determinado setor da categoria é por que os problemas daquele setor não estão incorporados à demanda do sindicato”.

Durante toda a sua trajetória, Isabel mudou muito. Militando num espaço que começava a se abrir para a participação feminina, Isabel teve que adquirir firmeza e aprender a argumentar para ter suas opiniões levadas em conta. “[...] Se você falar alto, se você falar com conhecimento sobre o assunto, com uma certa energia, você tá falando igual a eles e a tendência é eles te escutarem [...]”. Eu acho que até hoje eu tenho tentado perder um pouco, por que eu adquiri um tom de voz assim, de falar alto, inflamado, como se eu estivesse falando pra muitas pessoas sem microfone. Eu acho que foi uma coisa que eu adquiri com eles. Foi uma coisa que eu achei, que eles me escutam, mas que ultimamente eu tenho tentado perder [...]”.

O percurso desenvolvido por Isabel tem dois momentos importantes. Num primeiro momento, Isabel começou a militar no bairro e no sindicato, adquirindo uma identidade de classe e rompendo com uma postura auto-vitimizante e passiva diante dos desafios que se colocavam em sua vida. Num segundo momento, a partir do contato com o feminismo, construiu uma identidade de gênero, o que lhe permitiu reformular a sua identidade de classe. Toda essa trajetória representou para Isabel um grande crescimento pessoal e a descoberta da possibilidade de alterar seu destino, de assumir um papel na transformação da sociedade. “Eu acho que a minha entrada, a minha permanência no movimento sindical, ela é um constante processo de transformação; eu estou o tempo todo revendo, sabe? [...] Eu acho que o movimento sindical me deu muito elemento de mostrar que as coisas estão aí pra serem mudadas. E o nosso papel é procurar como mudar as coisas, entendeu? Eu acho que o movimento de mulheres me enriqueceu muito nessa questão de como mudar as coisas [...]: nós temos que batalhar, estudar e temos que ter muito jeito no processo de transformação. [...] Antes de eu militar eu estudava e trabalhava. Era muito revoltada com a situação da vida que eu tinha. Depois, eu acho que eu não sou mais uma pessoa revoltada. Eu sou uma pessoa que contesta, não revoltada. Eu quero mudar! Não tenho aquele sentimento de revolta, de inferioridade, de vítima. Eu não me sinto mais

assim”.

Luci Paulino de Aguiar (Olivieri) é metalúrgica e, atualmente, faz parte da diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC³⁸ e da Executiva Nacional da CUT, onde entrou devido à adoção, pela Central, do sistema de cotas de participação, em 1993. Começou a participar do Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André em 1982. Entre 1982 e 1987, Luci atuou dentro da fábrica onde trabalhava, participando da CIPA e de um grupo clandestino de militantes existente na mesma e, em 1987, Luci foi eleita para a diretoria do sindicato.

Até 1982, Luci não participava do sindicato, resistindo a atuar dentro dele. Sua entrada no movimento sindical aconteceu de forma muito interessante, como ela própria narra: “Eu questionava muito o sindicato. Primeiro, porque eu não conhecia, e depois, porque eu tinha uma imagem distorcida do sindicato. [...] Uma imagem de que eles eram briguentos, de que eram pessoas que não estavam a fim de construir. E também tinha uma visão muito individualista. Essa visão que a sociedade prega na gente [...]: que você pode vencer, que é só você se informar... E eu tinha um pouco essa visão, talvez porque eu tivesse lutado muito nessa vida pra conseguir me firmar. [...] Teve a primeira greve [em 1982] e eu discutia muito com o dirigente na área, da fábrica, na época. Que ele estava estragando a vida dele, porque ele era jovem, [...] poderia ser um bom profissional (ele era um ferramenteiro) e ele ‘tava jogando a vida dele fora em função... daquilo que ele ‘tava defendendo. Então ele fez uma aposta comigo. Ele me falou: ‘O sindicato não é tudo isso o que você pensa. Então eu te faço um desafio: você vai participar a partir de agora. Se você encontrar pessoas que não prestam como você diz, eu saio. Agora, se você encontrar pessoas que estão a fim de construir uma coisa melhor, você entra”.

Luci passou então a participar do sindicato, inicialmente respondendo ao desafio do dirigente sindical e criticando a atuação da entidade e, posteriormente, quando passou a se identificar com as propostas do sindicato, de uma maneira

³⁸ O Sindicato dos Metalúrgicos do ABC unificou, em 1993, o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, o Sindicato dos Metalúrgicos de São Caetano do Sul e o Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André (do qual Luci era uma das diretoras).

bastante ativa: entre 1982 e 1987, integrou um grupo clandestino de trabalho sindical na fábrica e participou da CIPA.

A participação no sindicato canalizou seu sentimento de revolta contra a opressão na fábrica, que Luci anteriormente expressava lutando individualmente, para a ação coletiva. Foi através da participação sindical que Luci começou a formar sua identidade de classe.

Luci começou a se interessar pela questão da mulher a partir de um curso sobre saúde e sexualidade que fez no sindicato aos sábados, durante um mês, logo que começou a militar no sindicato, em 1985. “[...] Eu não me achava discriminada. Como eu tinha batalhado, tinha conquistado, tinha uma profissão [...], eu achava assim, que era só brigar e vencer. Depois eu fui ver que não era assim, que só na minha história tinha uma discriminação muito grande. Foram cinco anos sem registro da minha função. [...] Briguei muito por causa disso, mas brigava muito individualmente. E aí eu fui ver que essa coisa não acontecia só comigo, acontecia com as outras mulheres e isso me despertou muito pra luta das mulheres. Fora isso, a minha própria história de vida, né? [...] Tinha cinco irmãos, perdi meu pai cedo... Então os irmãos mandavam na gente e a forma deles mandarem era espancar. Toda uma forma de vida que fez, inclusive, que as minhas irmãs casassem muito cedo para se livrarem daquilo e entrassem em casamentos furados e tal, por conta daquela coisa da repressão. Eu, na verdade, fui fazer uma análise de tudo o que eu tinha passado e isso me despertou muito para esse trabalho com as mulheres”.

Ao participar deste curso, Luci fez uma reavaliação de sua história, fortemente marcada pela revolta contra a opressão familiar e contra a discriminação sofrida no trabalho. Até então, Luci também desenvolvia uma resistência individual contra a discriminação e contra a opressão. Ao perceber que ambas atingiam todas as mulheres, Luci começou a formar uma identidade de gênero, processo que foi fundamental para a redefinição de sua identidade de classe. A partir daí, Luci começou a desenvolver um trabalho de mobilização e formação política das mulheres dentro da fábrica. Participou também, nesse mesmo período, da Comissão de Mulheres da CUT regional ABC-Mogi e do grupo que articulou a CNMT/CUT.

A particularidade da trajetória de Luci e a

diferença básica entre sua trajetória e a de Isabel reside no fato da primeira não ter uma história de militância anterior ao sindicato, tendo tomado contato com o feminismo no momento em que começava a participar ativamente do mesmo, ou seja, num momento em que a sua identidade de classe começava a se formar. Assim sendo, sua identidade como trabalhadora e sindicalista foi elaborada de uma maneira peculiar, mais ampla. A participação no movimento de mulheres da CUT teve uma contribuição fundamental neste processo ao permitir a Luci conhecer trabalhadoras de diferentes categorias, portadoras de experiências diferentes das suas. “[...] O metalúrgico tem uma visão muito sua, muito do seu espaço [...], tem uma visão muito mais voltada pra categoria ou pra fábrica e não consegue enxergar que a classe trabalhadora é mais ampla e que a classe trabalhadora tem situações [...] que são completamente diferenciadas das nossas. [A participação no movimento de mulheres da CUT] me deu uma visão diferenciada da de alguns dirigentes que só têm a visão da categoria. Eu tive a oportunidade de conhecer a classe trabalhadora mais globalmente”.

Luci também menciona em vários pontos de seu depoimento, o papel fundamental do contato com o feminismo e o movimento de mulheres. O desenvolvimento de atividades conjuntas do movimento sindical com ambos os movimentos possibilitou a *troca de experiências* com as donas de casa e com mulheres de classe média. O contato com o ideário feminista e esta troca de experiências *proporcionaram-lhe uma visão da diversidade da condição feminina*, contribuindo para a redefinição de sua identidade como participante do movimento sindical cutista: “Quando a gente entrou no movimento sindical, a tendência foi a gente começar a se vestir igual aos homens, ou seja, camiseta e calça *jeans*, não passar pintura [...], procurar falar grosso [...]. E depois, com o conhecimento do feminismo, a gente foi se aprimorando e aprendendo que o que a gente queria era a igualdade na diversidade, e que a gente não queria ser igual a eles, muito pelo contrário, a gente entendeu que a gente estava entrando no movimento sindical para *modificar a forma como eles conduziam o poder e não pra acrescentar, ou ser um número a mais naquela forma que eles tinham estabelecido de poder*”.

Luci e Isabel têm histórias diferentes, embora com muitas semelhanças: O principal ponto de

convergência é que ambas ingressaram nos sindicatos num momento em que estes já estavam começando a abrir espaços para a atuação feminina, através de seminários com as diretorias e de cursos sobre sexualidade. Estas atividades figuram nos dois depoimentos como “portas de entrada” para ambas na militância feminista.

A partir de um esforço, ainda que pequeno, dos sindicatos para se aproximar das mulheres, iniciou-se o processo de construção de ambas como sujeitos atuantes na defesa não apenas das bandeiras de luta mais gerais, mas principalmente, das reivindicações levantadas pelas mulheres trabalhadoras, contribuindo para a ampliação do espaço de discussão dessas reivindicações.

Neste sentido, o contato com o ideário feminista e a troca de experiências com os movimentos feminista e de mulheres foi fundamental para que Isabel e Luci percebessem a discriminação que sofriam (apesar da postura de enfrentamento que ambas adotavam frente às diversas situações) e efetuassem uma reavaliação da forma como enxergavam a classe trabalhadora e uma reformulação de suas identidades de classe.

A militância sindical feminista para ambas foi um processo de ampliação dos horizontes, de reelaboração de suas idéias e atitudes de participação política e, principalmente, de reconstrução de si mesmas enquanto militantes, enquanto pessoas e enquanto mulheres.

A trajetória das duas militantes está ligada ao crescimento da discussão da questão de gênero dentro do movimento sindical, pois a atuação de ambas, lutando por espaços mais igualitários para mulheres e homens dentro deste espaço, contribuiu para ampliar a sua agenda de discussões e alterar a própria relação entre os sindicatos e suas bases (compostas por homens e mulheres). Deste modo, Luci e Isabel foram sujeitos que atuaram para democratizar internamente o movimento sindical cutista.

IX. O DISCURSO FEMINISTA E O MOVIMENTO SINDICAL

Em seus depoimentos, Isabel e Luci enfatizam a contribuição das pesquisadoras feministas que prestaram assessoria aos sindicatos, proferindo palestras, auxiliando na preparação de cursos de formação, fornecendo dados de pesquisas para fundamentar os argumentos das militantes etc. A avaliação de Isabel denota uma percepção do

alcance do movimento feminista e de sua difusão, enquanto campo de referências que integra uma teia multifacetada de interações entre a academia, os grupos de mulheres de classe média, as mulheres trabalhadoras e as participantes de organizações populares: “[...] Não sei se eu posso ofender alguém, mas eu acho que o movimento feminista desceu a escada. [...] Porque hoje a gente vê essa discussão nos grupos de bairro, nos sindicatos... você vê essa discussão nos espaços mais populares possíveis. Há dez anos atrás, eu não conseguia ver essa discussão nos espaços populares. Eu via essa discussão como uma coisa muito acadêmica, muito distante dos setores populares. Hoje, quem ‘tá fazendo esse debate, quem tá inserida nesse debate, são as mulheres pobres [...]. Então, eu acho que ele [o feminismo] desceu, ele tá mais embasado, ele tá mais na base. [...] Imagina, há dez anos atrás, falar de feminismo dentro do sindicato... Era uma coisa horrível, né? Pra todos... Inclusive para as feministas. Elas achavam que esse espaço não era um espaço de mulheres, que não era um espaço em que as mulheres têm autonomia. E é um espaço que a gente vem aos poucos construindo, né? [...] E é um espaço de poder, nós não podemos deixar o movimento sindical de lado, o espaço de representação, o espaço que tem constituído muitos quadros para atuar em outras instituições”.

As duas sindicalistas se auto-definem como feministas. Feminismo, para ambas, é a luta das mulheres por igualdade de direitos e oportunidades na sociedade. E essa igualdade deve respeitar as diferenças, como bem lembrou Luci num dos trechos anteriormente citados. O contato com o discurso feminista produziu nas duas militantes uma mudança identitária, pois ambas entraram no movimento sindical se identificando com o conjunto dos trabalhadores, isto é, identificadas com uma classe que imaginavam homogênea e sem diferenças internas. O discurso feminista despertou-as para a visão da desigualdade, impulsionando-as a lutar não mais apenas contra a exploração da classe trabalhadora, mas também contra a dominação sexista.

A percepção da discriminação, presente inclusive dentro dos sindicatos, permitiu a Luci e a Isabel a construção de uma identidade de gênero e a modificação da noção que ambas tinham da classe trabalhadora, esta passou a ser compreendida como um conjunto heterogêneo, onde as vivências de homens e mulheres, de negros e brancos

são diferenciadas, embora todos sejam atingidos pela exploração capitalista.

O contato com organizações feministas e com o movimento de mulheres foi essencial para que as militantes sindicais passassem a refletir sobre a sua condição feminina e a lutar dentro dos sindicatos para que estes encampassem as questões específicas das mulheres trabalhadoras. Entretanto, essa relação não esteve livre de conflitos.

A influência do discurso feminista sobre o discurso sindical é perceptível quando se examina as resoluções dos congressos e as bandeiras de luta relativos às mulheres, formulados pelo movimento sindical durante os anos oitenta. Malgrado a desconfiança mútua muitas vezes presente nas relações entre o feminismo e os movimentos popular e sindical³⁹, muitas das demandas discutidas nos Congressos e assumidas como bandeiras de luta pelos sindicatos foram inicialmente verbalizadas pelo movimento feminista, na década de setenta, através de jornais como *Brasil Mulher* e *Nós Mulheres*.

O discurso veiculado em diversos documentos sindicais e cutistas guardava inúmeras semelhanças com o discurso veiculado nesses jornais. Tomemos como exemplo o Editorial do nº 1 do *Nós Mulheres*: “Queremos mudar essa situação. Achamos que Nós Mulheres devemos lutar para que possamos nos preparar, tanto quanto os homens, para enfrentar a vida. Para que tenhamos direito à realização. Para que ganhemos salários iguais quando fazemos trabalhos iguais. Para que a sociedade como um todo reconheça que nossos filhos são a geração de amanhã e que o cuidado deles é um dever de todos e não só das mulheres

[...]: o trabalho doméstico é um trabalho necessário, pois ninguém come comida crua, anda sujo ou pode deixar os filhos abandonados. *Queremos, portanto, boas creches e escolas para nossos filhos, lavanderias coletivas e restaurantes a preços populares, para que possamos, junto com os homens, assumir as responsabilidades da sociedade. Queremos também que nossos companheiros reconheçam que a casa e os filhos também são deles e que eles devem assumir conosco as responsabilidades caseiras e nossa luta por torná-las sociais”* (*Nós Mulheres*, nº 1, junho de 1976, p. 02, grifos nossos).

É importante lembrar que a própria trajetória do movimento e do discurso feminista foi caracterizada pelo debate interno e pela ampliação paulatina da percepção das diversas formas através das quais se manifestam a discriminação e as relações de dominação sexistas. Inicialmente, o discurso feminista tinha um nítido recorte de classe, privilegiando a discussão de questões que atingiam as mulheres trabalhadoras e enfatizando o questionamento da exploração capitalista. Com a ampliação do debate e o surgimento de um movimento feminista de massa, passou-se da discussão em torno da centralidade do trabalho doméstico ao questionamento das definições culturalmente construídas de masculinidade e feminilidade. Novas questões, como a saúde da mulher, a sexualidade, a contracepção e a violência, foram lançadas ao debate público e passaram a figurar nas plataformas de luta de diversas organizações de mulheres, assim como foram incorporadas em grande medida à agenda dos partidos, dos políticos e dos formuladores de políticas públicas.

No movimento sindical este caminho foi percorrido de modo análogo, embora mais lentamente. Entretanto o discurso sindical não constitui uma “cópia” do ideário feminista. Na verdade o movimento feminista, à medida que tornou públicos os problemas sentidos cotidianamente pelas trabalhadoras, teve suas idéias paulatinamente debatidas e incorporadas ao discurso sindical. Estas idéias foram permanentemente reelaboradas pelas militantes sindicais no momento mesmo de construção de suas identidades de gênero e de classe, em meio ao processo de consolidação do Novo Sindicalismo.

No conjunto dos documentos sindicais pesquisados, é possível detectar uma série de argumentos básicos, que denominamos *núcleos dis-*

³⁹ A relação entre o movimento feminista e os movimentos populares (associações de donas de casa, clubes de mães, sindicatos) nem sempre foi harmônica. Apesar do intercâmbio entre as feministas e as organizações populares ter sido, na maioria das vezes, positivo para ambas, alguns conflitos e divergências surgiram devido, basicamente, a dois fatores: de um lado, a desconfiança das trabalhadoras e donas de casa de classe baixa (algumas delas com formação católica) em relação às mulheres de classe média e às questões que estas estavam politizando (aborto, contracepção, sexualidade etc.); de outro, a posição de superioridade em que se colocavam algumas militantes feministas, o que lhes rendeu a fama de “dona da verdade” entre as mulheres que militavam em organizações populares. A respeito disso, ver FERREIRA, 1995.

cursivos. Estes *núcleos discursivos* surgem em diversos momentos e constituem a base para a defesa das propostas das sindicalistas feministas nos congressos e reuniões. São eles: (i) a articulação da exploração classista com a dominação sexista, sendo a última um instrumento do capitalismo para dividir a classe trabalhadora, maximizando a acumulação através do rebaixamento da massa de salários; (ii) o trabalho doméstico como função social, responsável pela reprodução da força de trabalho e devendo portanto, ser assumido pelo Estado e pelos patrões; (iii) o machismo como parte da ideologia burguesa; (iv) o fortalecimento da classe, dividida pelo capitalismo, a partir da incorporação das demandas feministas; (v) a idéia da CUT como vanguarda do movimento sindical, devendo também ser a vanguarda na incorporação dessas demandas.

Os dois primeiros núcleos discursivos marcaram fortemente o discurso do movimento feminista da década de setenta, tendo paulatinamente se modificado com o crescimento do debate em torno de várias questões específicas, tais como a violência, a sexualidade, o aborto e a saúde, colocadas para todas as mulheres, independente da sua origem de classe ou posição social. O discurso do movimento sindical incorporou estes *núcleos discursivos*, que serviram de subsídios para as discussões iniciais sobre a situação e demandas das mulheres trabalhadoras. No entanto, o próprio intercâmbio entre as sindicalistas e as militantes feministas, levou a uma modificação do discurso das militantes sindicais, o qual paulatinamente passou a incorporar o debate em torno de questões que iam além das discriminações sofridas pelas trabalhadoras no universo do trabalho e atingiam a todas as mulheres igualmente. Assim o questionamento das relações homem-mulher, dos valores e identidades de gênero, bem como questões como o assédio sexual, o aborto e a violência contra as mulheres, passaram a fazer parte do debate sindical, de suas pautas e agendas de negociação.

X. CONCLUSÃO: A CONSTRUÇÃO DO ESPAÇO

A partir do início dos anos oitenta, nos três sindicatos estudados começou a ser desenvolvido um trabalho de mobilização das mulheres nas fábricas, de discussão de suas reivindicações específicas e, sobretudo, de formação política. Isto se deu através da ação das primeiras comissões de mulheres e departamentos femininos que, co-

mo vimos, se empenharam em ampliar a quantidade de lideranças femininas engajadas no combate à discriminação e às desigualdades de gênero.

No entanto, o preconceito contra as comissões e departamentos femininos por parte dos diretores sindicais e a sua resistência em discutir a problemática de gênero dificultavam a expansão desse trabalho. A criação da CNMT/CUT, em 1986, representou um importante salto qualitativo, na medida em que, enquanto espaço unificador de atuação feminista, permitiu a multiplicação das comissões e grupos de mulheres em diferentes sindicatos, que passaram a desenvolver uma militância voltada para as demandas específicas das trabalhadoras e para o debate das questões de gênero.

O peso político das mulheres começou, então, a crescer. No 3º CONCUR, realizado em 1988, o número de delegadas correspondia a 21,1% dos participantes, número expressivo mas ainda inferior à porcentagem de mulheres no mercado de trabalho (35,1%). Além disso, a representação das operárias era muito pequena, pois a maioria das delegadas era solteira (55,2%), concentrava-se na faixa etária entre vinte e um e quarenta anos (78,7%) e provinha do serviço público ou do magistério⁴⁰.

Os compromissos familiares e as tarefas domésticas, o grau de instrução e o exercício de funções pouco qualificadas e mal remuneradas, pareciam constituir ainda fatores fortes de inibição da participação sindical das trabalhadoras.

No entanto, o crescimento da discussão da problemática de gênero na CUT e nos sindicatos surtiu efeitos positivos na sensibilização dos homens para esta questão, iniciando um processo de mudança nos seus valores e atitudes, como mostra o depoimento de Luci: “Como é a mudança central? Nós, durante muito tempo tivemos uma grande dificuldade para garantir creches nos eventos. Eles achavam um absurdo, não tinha sentido! A mulher que entra no movimento sindical, ela tem que saber o que tá esperando ela, não adianta ela se encher de filhos ou ter os problemas... Porque o dirigente sindical, ele meio que se colocava como... A família era o segundo plano, o movimento sindical era o primeiro.

⁴⁰ Retrato da CUT — Pesquisa sobre o perfil dos delegados do 3º CONCUR.

Então, em função do movimento sindical, ele sacrificava tudo o que ele tinha por trás, inclusive a família. Então não era compreensível que a gente tivesse em primeiro plano a família ou os filhos. Isso era sinônimo de fraqueza. E esta é a mudança fundamental. Hoje você ouve companheiros falarem numa reunião: 'Eu tenho que ir embora mais cedo por que o meu filho tá fazendo aniversário'. '[...] eu tenho que sair porque o meu filho tá doente'. 'Eu tenho que sair porque eu tenho que ajudar a minha mulher a fazer compras'. Isso, no movimento sindical era uma heresia! [...] E essa mudança eles tão assimilando aos poucos”.

A discussão sobre as questões de gênero obrigou os dirigentes sindicais a pensarem sobre si mesmos, sobre suas relações pessoais e sobre sua relação com o movimento sindical, o que potencializa uma reavaliação de suas próprias identidades de militantes e de homens.

A assimilação das questões específicas ainda está em fase inicial e está se desenvolvendo lentamente. Ainda que os dirigentes sindicais reconheçam a importância das reivindicações específicas numa mesa de negociação (e em outros momentos de enfrentamento com o patronato), ainda é difícil para eles defenderem estas reivindicações. Este processo de incorporação das questões de gênero e das reivindicações específicas das mulheres se defronta ainda com várias limitações. Em primeiro lugar, a própria resistência do movimento sindical em assumir as reivindicações das mulheres e levá-las à mesa de negociação. Em segundo lugar, um obstáculo ainda maior: mesmo que os sindicalistas encampem estas reivindicações e façam com que elas cheguem à mesa de negociação, o patronato resiste em aceitá-las como legítimas como mostra a fala de Luci. “O peso maior é dado pro econômico. E o movimento sindical conseguiu assimilar também a saúde do trabalhador, que tem grande peso nas negociações. As reivindicações das mulheres ainda estão em segundo plano. Agora, eu acho que tem uma grande dificuldade. Eles não têm argumentação e fundamentação para defender as questões femininas, até porque quem sente são as mulheres. Eu percebi isso quando participei de uma negociação a nível estadual [...], onde a gente discutia a licença maternidade para a mãe adotante. [...] E eu derrubei todas as argumentações do patronato. E depois, fora, eles ainda falaram pros dirigentes sindicais: 'Nunca mais tragam essa mulher aqui!' [...] Nós tivemos alguns avanços [...], mas eles

passam muito mais pela questão da maternidade do que pela questão das relações de trabalho [...]”⁴¹.

Ou, como transparece no depoimento de Isabel: “Então, teve um encontro de mulheres e elas levantaram que em tal lugar teve assédio. Então o sindicato faz um boletim, vai ali naquela porta daquela empresa e denuncia, bota no jornal. [...] Mas, por exemplo, os sindicatos ainda não incorporaram que quando tem uma denúncia de assédio comprovada, deve abrir um processo. Ainda não têm incorporado que quando uma trabalhadora vem falar que 'eu ganho menos do que um homem, fazendo a mesma função', que ele deve investigar até comprovar e abrir um processo! Ou puxar uma negociação! Quer dizer, a coisa ainda tá no nível da denúncia. [...] Eu acho que 'é um desafio pro movimento sindical incorporar questões da demanda que não são do seu habitual. [...] De uns tempos pra cá, de uns dez anos pra cá é que o movimento sindical vem ampliando a sua demanda. E uma delas é a demanda das mulheres”⁴².

Os depoimentos citados demonstram, na visão das sindicalistas, a importância da presença das mulheres nos postos de direção das entidades sindicais, para que o sindicato incorpore as reivindicações das trabalhadoras e lute efetivamente contra todas as formas de discriminação e de desigualdade que marcam sua situação nas relações de trabalho e na sociedade. Por isso, principalmente após o 4º CONCURTO, realizado em 1991, o esforço das sindicalistas feministas foi no sentido de ampliar as formas de acesso das mulheres aos cargos de direção, tanto nos sindicatos, quanto na CUT.

Este esforço incluiu o desenvolvimento de um curso de negociação coletiva para as mulheres e a proposta das cotas de 30%⁴³ para elas na direção

⁴¹ Luci, 02/04/1996.

⁴² Isabel, 04/04/1996.

⁴³ A cifra 30% é uma média entre a porcentagem de mulheres participantes da População Economicamente Ativa brasileira (35,5%) e a porcentagem de trabalhadoras sindicalizadas (25,6%). A proposta das cotas, colocada em pauta na 5ª Plenária Nacional (1992), dividiu as principais tendências da CUT e foi derrotada. A proposta permaneceu em discussão por um ano no interior da Central e foi aprovada na 6ª Plenária, realizada em 1993.

da CUT, uma vez que a ampliação da participação feminina no interior dos sindicatos não estava sendo acompanhada pelo aumento da sua participação nas instâncias de direção dos sindicatos e da própria CUT.

Somente recentemente está sendo possível visualizar o crescimento do espaço de discussão da questão de gênero no movimento sindical. No entanto, o que hoje se vê resulta de um longo trabalho de formação política, de discussão e de sensibilização dos homens e das mulheres. A somatória desses esforços teve resultados positivos no nível da participação sindical feminina, como mostra Luci, falando das mudanças no Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo: “Nós somos vinte mil numa categoria de cento e vinte e cinco mil (cerca de 13%). Agora, no político, nós conseguimos avançar. Nesta nova direção, nós tamos pulando de quatro para sete. [...] Essas novas dirigentes vieram da base. O interessante não foi elas entrarem, foi a disputa. Havia muitas mulheres disputando [...]. [(A participação feminina)] cresceu, principalmente, nas CIPAS e Comissões de Fábrica. Não é muito, mas antes era bem menor”.

A década de oitenta presenciou, portanto, o início de um processo de transformação das relações entre as mulheres e os sindicatos, que se aprofundou nos anos noventa. Ainda que, na incorporação de reivindicações específicas seja priorizada a proteção à maternidade e que permaneçam vários traços de discriminação nos discursos e práticas dos líderes sindicais cutistas, é notável a ampliação do espaço para a atuação feminista nas instâncias de direção da CUT e de vários sindicatos. A pesquisa realizada até aqui mostra que o surgimento de lideranças femininas sensíveis à problemática específica de gênero e empenhadas na sensibilização dos homens e na mobilização da parcela feminina de suas categorias tem sido fundamental para esta ampliação.

A presença ativa dessas militantes, enfrentando diariamente o preconceito e o descaso masculinos, insistindo na defesa das reivindicações de suas representadas, sempre dialogando e, várias vezes, convencendo os homens, trouxe mudanças importantes no comportamento destes, no sentido de alterar seus valores e referências de gênero e suas práticas machistas. Hoje há uma maior compreensão dos problemas que atingem as mulheres trabalhadoras e da necessidade de se colocar em prática dispositivos concretos para eliminá-los.

O movimento sindical está atualmente refletindo sobre toda uma gama de questões que há dez anos atrás não tinham prioridade em sua agenda de discussões, pois eram consideradas questões do âmbito privado. Algumas delas, como o aborto, a violência contra as mulheres e a sexualidade não se relacionam diretamente com a temática trabalhista. A politização dessas questões no interior do movimento sindical teve como efeito a redefinição das noções de classe e de democracia no discurso sindical.

Nos anos setenta e início dos oitenta, a democracia dentro dos sindicatos era concebida como o desenvolvimento de uma relação orgânica do sindicato com sua base. A classe trabalhadora era pensada como um conjunto homogêneo de trabalhadores, todos igualmente atingidos pela exploração capitalista. Atualmente, a classe trabalhadora figura no discurso sindical como um conjunto de trabalhadores, portadores de vivências diferenciadas da exploração capitalista segundo seu gênero e/ou sua raça e estas diferenças não impossibilitam a construção de um projeto político comum.

Por conseguinte, mudou também a noção de democracia interna no movimento sindical, hoje pensada como o direito de trabalhadores e trabalhadoras em participar dos espaços dos sindicatos e de ver neles representados suas diferenças e demandas específicas. Atualmente, o movimento sindical cutista demonstra uma maior compreensão da heterogeneidade interna da classe trabalhadora e da necessidade da incorporação das especificidades de gênero e raça em sua agenda de preocupações.

Neste último aspecto reside o papel fundamental do ideário feminista: as idéias difundidas por grupos e militantes feministas têm contribuído para auxiliar na formulação desses argumentos pelos novos sujeitos, ou seja, pelas militantes sindicais feministas.

O esforço de sensibilizar as lideranças sindicais masculinas através de seminários, debates etc., potencializa uma reformulação, a longo prazo, das identidades de classe e de gênero. Neste sentido, é possível concluir que a incorporação das mulheres hoje não se coloca mais apenas como uma questão de fortalecimento dos sindicatos através da participação ativa dos trabalhadores/as, mas também como um passo no sentido de ampliar o leque de bandeiras de luta do sindicalismo cutista e permitir a elaboração de um projeto

político mais amplo e mais democrático, que unifique os trabalhadores e trabalhadoras, na medida em que contempla as questões específicas

de gênero e busca a eliminação de todas as formas de discriminação.

Recebido para publicação em maio de 1998.

Angela M. Carneiro Araújo (angela@turing.unicamp.br) é Doutora em Ciências Sociais na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e Professora do Departamento de Ciência Política da UNICAMP.

Verônica Clemente Ferreira é mestranda em Ciência Política na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMO**, L. W. (1986). *O resgate da dignidade. A greve de 1978 em São Bernardo*. Dissertação de Mestrado. São Paulo, FFLCH-USP.
- ACKELSBURG**, M. (1996). "Ampliando o Estudo sobre a Participação das Mulheres". In: Cadernos AEL nº 3/4 1995-1996. Campinas AEL, UNICAMP. pp. 251-279.
- ALMEIDA**, M. H. T. de. (1988). "Difícil caminho — sindicatos e política na construção da democracia". In: REIS, F. W. & O'DONNELL, G. (orgs.). *Democracia no Brasil: dilemas e perspectivas*. São Paulo, Vértice.
- ALVAREZ**, S. & **DAGNINO**, E. (1995). "Para além da democracia realmente existente: movimentos sociais, a nova cidadania e a configuração de espaços públicos alternativos". Trabalho apresentado no XIX Encontro Anual da ANPOCS, GT "Cultura e Política", Caxambu/MG.
- ALVAREZ**, S. (1983). "Politizando as relações de gênero e engendrando a democracia". In: STEPAN, Alfred. (org.). *Democratizando o Brasil*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- ANTUNES**, R. (1988). *A rebeldia do trabalho*. São Paulo, Ensaio.
- ANTUNES**, R. (1991) *O Novo Sindicalismo*. São Paulo, Ed. Brasil Urgente.
- BLASS**, L. M. da S. (1992). *Estamos em greve! — imagens, gestos e palavras do movimento dos bancários — 1985*. São Paulo, HUCITEC/Sindicato dos Bancários de São Paulo.
- BOITO Jr.**, A. (1991). *O Sindicalismo de Estado no Brasil*. Campinas, Editora da UNICAMP/HUCITEC.
- BOITO Jr.**, A. (1991). "Reforma e permanência da estrutura sindical". In: *O Sindicalismo Brasileiro nos anos 90*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- BRITO**, M. N. C. (1985). *Sindicato no Feminino: uma Luta de Formiga*. Dissertação de Mestrado. Campinas, UNICAMP. Dpto. de Antropologia.
- BRUMER**, A. (1988). "O sexo da ocupação: considerações teóricas sobre a inserção da mão de obra feminina no mercado de trabalho". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, 8 (3): 20-38, out.
- BRUSCHINI**, C. (1994). "Mulher e Mundo do trabalho: ponto de vista sociológico". In: BRANDÃO, Margarida & BINGEMER, Maria Clara. (orgs.). *Mulher e Relações de Gênero*. (Seminários Especiais do Centro João XXIII). São Paulo, Loyola.
- COSTA**, E. V. da. (1990). "Estruturas versus experiência — novas tendências da história do movimento operário na América Latina: o que se perde e o que se ganha". *Boletim Informativo e Bibliográfico — BIB*, São Paulo, 29, 1º sem.
- DELGADO**, M. B. G. & **SOARES**, V. (1995). "O movimento de mulheres na transição democrática brasileira". In: HELLMANN, M. *Movimentos sociais e Democracia no Brasil*. São Paulo, Marco Zero/IDESFES/Labor.
- DELGADO**, M. B. G. (1996) *A Organização das Mulheres na Central Única dos Trabalhadores - A Comissão Nacional sobre a Mulher Trabalhadora*. São Paulo, PUC/SP, Dissert. Mestrado.
- ERICKSON**, K. P. (1979). *Sindicalismo no processo político no Brasil*. São Paulo, Brasiliense.
- FERREIRA**, V. (1995). "Entre Emancipadas e Quimeras: Imagens do Feminismo no Brasil". In: Cadernos AEL nº 3/4, 1995-1996. Campinas AEL - UNICAMP, pp. 153-200.

- GALVÃO, A.** (1993). *Padrões de ação operária no Brasil: o perfil sócio-político do novo sindicalismo*. Monografia de Graduação. Campinas, UNICAMP.
- GITAHY, L., HIRATA, H., LOBO, E. & MOISÉS, R. L.** (1982). "Operárias, sindicalização e reivindicações: 1970-1980". *Revista de Cultura e Política*, São Paulo, 8: 90-116, jun.
- HIRATA, H. & HUMPHREY, J.** (1984). "O emprego industrial feminino e a crise econômica brasileira". *Revista de Economia Política*, São Paulo, 16, (4): 87 -107, out./dez.
- HUMPHREY, J.** (1983). "Sindicato: um espaço masculino". *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, 2 (1).
- HUMPHREY, J.** (1982). *Fazendo o "milagre": controle capitalista e luta operária na indústria automobilística brasileira*. Petrópolis, Vozes/CEBRAP.
- KAREPOVS, D.** (coord.). (1994). *A história dos bancários — lutas e conquistas (1923 -1993)*. São Paulo, Sindicato dos Bancários de São Paulo, Osasco e Região.
- KECK, M.** (1983). "O Novo Sindicalismo na transição brasileira". In: STEPAN, A. (org.). *Democratizando o Brasil*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- LEDWITH, S., COLGAN, F., JOYCE, P. & HAYES, M.** (1990). "The Making of Women Trade Union Leaders". *Industrial Relations Journal*, 21 (2): 112-125.
- MARONI, A.** (1982). *A estratégia da recusa*. São Paulo, Brasiliense.
- MILKMAN, R.** (1992). "Gender and Trade Unionism in Historical Perspective". In: TILLY, L. & GURIN, P. (eds). *Women Politics and Change*. Russel Sage Foundation.
- MORAES, M. L. Q. de.** (1990). "A Experiência Feminista dos Anos 70". Textos nº 5. Fac. Ciências e Letras/UNESP, Araraquara.
- PAOLI, M. C.** (1985). "Mulheres: lugar, imagem, movimentos". In: FRANCHETO, Bruna. (org.). *Perspectivas antropológicas da mulher*. Rio de Janeiro, Zahar.
- PAOLI, M. C.** (1989). "Trabalhadores e cidadania. Experiência do mundo público na história do Brasil". *Estudos Avançados*, São Paulo, 3 (7).
- PENA, M. V. J.** (1981). *Mulheres e trabalhadoras: a presença feminina na constituição do sistema fabril*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- RAGO, M.** (1996). *Adeus ao feminismo? Feminismo e pós-modernidade no Brasil*. In: Cadernos AEL nº 3/4, 1995-1996. Campinas, AEL - UNICAMP, pp. 11-43.
- RODRIGUES, L. M.** (1990). "O sindicalismo nos anos 80: um balanço". *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, 4 (1): 11-19, jun./ago.
- SADER, E.** (1988). *Quando novos personagens entraram em cena — falas e lutas dos trabalhadores na grande São Paulo (1970 — 1980)*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- SALES, T.** (1994). "Raízes da desigualdade social na cultura política brasileira" (a este artigo, seguem-se comentários de Juarez Brandão Lopes, Francisco de Oliveira, Vera Telles e uma réplica da autora). *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, 25, jun.
- SARDENBERG, C. & COSTA, A. A.** (1994). "Feminismos, feministas e movimentos sociais". In: BRANDÃO, M. & BINGEMER, M. C. (orgs.). *Mulher e relações de gênero*. São Paulo, Loyola.
- SCOTT, J.** (1990). "Gênero, uma categoria útil na análise histórica". *Educação e Realidade*, São Paulo, 15 (2), jul./dez.
- SILVA, R. & LEITE, M.** (1987). "Constituinte: qual o lugar dos sindicatos". *Lua Nova*, São Paulo, 3 (4), abr./jun.
- SINCLAIR, D. M.** (1996). "The Importance of Gender for Participation in and Attitudes to Trade Unionism". *Industrial Relations Journal*, 27 (3): 239-252.
- SOUZA-LOBO, E.** (1991). *A classe operária tem dois sexos — trabalho, dominação e resistência*. São Paulo, Brasiliense.
- TURNBULL, P. J.** (1988). "Industrial Relations and the Seniority Model of Union Behavior". *Oxford Bulletin of Economics and Statistics*, 50 (1): 53-70.

OUTRAS FONTES

Folha Bancária, 1981-1984; 1988.

Nós Mulheres, 1976.

Tribuna Metalúrgica, 1984.

Sindiluta, 1986; 1990.

Pesquisas citadas:

Análises sobre o Desenvolvimento Econômico e Social em novembro de 1992.

“Da esterilidade forçada à exploração salarial”, pesquisa realizada pelo Sindicato dos Químicos de São Paulo em conjunto com o DIEESE, 1989.

“Mapeamento sobre a questão da mulher trabalhadora no estado de São Paulo”. Pesquisa realizada pela CNQMT/CUT com a colaboração dos sindicatos, 1986.

“O trabalho bancário: o refazer de todo instante”. Sindicato dos Bancários de São Paulo, 1988. “O perfil da categoria bancária no estado de São Paulo” — Pesquisa realizada pelo Instituto de Análises sobre o Desenvolvimento Econômico e Social em novembro de 1992.

“Profissão bancário: Perfil da categoria”, DIEESE, 1980.

Retrato da CUT — Pesquisa sobre o perfil dos

delegados do 3º CONCURTO.

São Paulo em conjunto com o DIEESE, 1989.

Documentos citados:

Ata da reunião da Comissão da Questão da Mulher Metalúrgica, 24/08/1988.

Ata da reunião plenária do Departamento Feminino realizada em 29/03/1980.

Ata da reunião do Departamento Feminino, 07/05/1981.

Boletim “Mulheres Bancárias”, agosto de 1989.

Documento da Comissão da Questão da Mulher Metalúrgica, 22/06/1987.

Documento final do I Encontro da Mulher Bancária, 21/02/1981.

Resoluções do I Congresso dos Trabalhadores Químicos e Farmacêuticos de São Paulo e Região, 25 a 27/03/1988.

Resoluções do I CONPLAST, março de 1988.

Resoluções do I Encontro das Mulheres dos Plásticos, 09-10/07/1988.

“Um pouco da história do trabalho específico com as metalúrgicas no Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema”, 10/12/1992.

